Francisco Jameli Oliveira Reinaldo

MANIFESTO DOS VENCIDOS

(1713-1920):
Ensaio para uma história alternativa de Massapê

Editora
SERTÃO CULT

Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2016), mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2018), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2021), membro do Grupo de Estudos em Política, Educação e Ética (GEPEDE/UVA/CNPQ), sob orientação de Ricardo George de Araújo Silva. Professor da rede estadual de ensino (SEDUC-CE).

Francisco Jameli Oliveira Reinaldo

MANIFESTO DOS VENCIDOS

(1713-1920):
Ensaio para uma história alternativa de Massapê

Sobral - CE
2023

Editora
SERTÃO CULT

Manifesto dos vencidos (1713-1920): ensaio para uma história alternativa de Massapê
© 2023 copyright by Francisco Jameli Oliveira Reinaldo
Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Editora
SERTÃO CULT

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial
Ana Paula Gomes Bezerra
Andreia Rodrigues de Andrade
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Cid Morais Silveira
Felipe Azevedo Cazetta
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Juliana Magalhães Linhares
Raimundo Alves de Araújo
Telma Bessa Sales
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valéria Aparecida Alves

Revisão
Danilo Ribeiro Barahuna

Diagramação e capa
Francisco Adriano Nascimento Pereira

Foto da capa
Disponível em: https://climaonline.com.br/massape-ce/foto/praca-de-sao-francisco-massape-ce-918742.
Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

Catalogação
Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

R364m Reinaldo, Francisco Jameli Oliveira.

Manifesto dos vencidos (1713-1920): ensaio para uma história alternativa de Massapê. / Francisco Jameli Oliveira Reinaldo. - Sobral CE: Sertão Cult, 2023.

92p.

ISBN: 978-65-5421-068-3 - papel
ISBN: 978-65-5421-069-0- e-book em pdf
Doi: 10.35260/54210690-2023

1. História. 2. Massapê- 1713-1920. 3. História do Ceará- Município de Massapê. I. Título.

CDD 981.31

Este e-book está licenciado por Creative Commons
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Agradecimentos

Por não existir no tempo e no espaço um estágio zero do conhecimento, todo escritor está invariavelmente em dívida com uma multidão, às vezes anônima, e nem sempre harmoniosa, de interlocutores. Na escrita deste trabalho, como, via de regra, acontece em mentes treinadas nas coisas da filosofia – é o nosso caso –, encontramos pouquíssimos acordos com os referenciais utilizados. Por outro lado, foram justamente os desacordos que encorajaram a escrita deste texto.

Não estranhe o leitor o tom às vezes áspero com que dirigimos críticas a Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar, autores das principais obras dedicadas à história de Massapê, pois foi a leitura dessas obras e a percepção das lacunas que elas apresentam que tornaram esta publicação necessária. Somos gratos aos narradores da história massapeense, a todos eles.

Não conseguiríamos perceber as lacunas presentes nas obras de Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar se não tivéssemos tido contato com a tese de doutorado em História do professor Raimundo Alves de Araújo intitulada *A construção do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XVIII*. A despeito de não dialogar diretamente com a história do município, nem com as obras acima mencionadas, a tese de Araújo forneceu-nos um quadro teórico esclarecedor. A ele, nosso especial reconhecimento.

Somos gratos, mais ainda, aos personagens que compuseram esta narrativa, àqueles que a historiografia oficial silenciou. Em memória dos nossos ancestrais indígenas, somos gratos a Cocochini. Em memória dos nossos ancestrais africanos e dos caboclos nordestinos, somos gratos aos que resistiram aos vencedores provinciais, e aos que continuam resistindo. Alguns deles aparecem no texto, outros, nossos contemporâneos, convém apresentar, porque sem eles a história dos vencidos não teria continuidade e, consequentemente, não faria sequer sentido narrá-la. Somos gratos e dedicamos este trabalho aos que contribuíram com a leitura prévia do texto e aos escrevem, com suas vidas, uma história sob o ponto de vista dos vencidos. Aos amigos Analberto Jardas Fernandes Moreira, Francisco Adrian Márcio de Souza, Victor Sérgio Freire Araújo, Gleiciane dos Santos Severiano e Mauro Luis Oliveira Reinaldo, nosso reconhecimento.

Aos meus avós maternos, Maria Eugênia Brito Oliveira e Raimundo Sousa Oliveira, e maternos, Maria Expedita Cunha e João Cristino Reinaldo.

Sumário

Apresentação.....9
Introdução – ou excurso: para uma história dos vencidos.....11

Parte I (Sobre o "Massapê pré-histórico"): de 1713 – ou de muito antes disso – a 1898
Capítulo 1
O mito: pureza racial e ascendência portuguesa.....21

Capítulo 2
Para uma história alternativa dos vencedores (ou Sobre a Casa de Pedra): entre o altar de Santa (dona) Úrsula e a "Casa do Cão".....31

Parte II (1898-1908): Primeira década de emancipação
Capítulo 3
O caso Damião e a Irmandade da Cruz.....41

Capítulo 4
Sobre (São) Damião: mito, tradição e oralidade.....51

Capítulo 5
Sobre a estrada de ferro e a construção do açude Acaraú-Mirim: em memória dos "Damiões".....55

Capítulo 6
De 1906 a 1908: Chica Pinote e o caso Marajó.....63

Parte III (de 1908 a 1918): Segunda década de emancipação
Capítulo 7
Épocas confusas (de 1908 a 1916): o progresso em tempos de fome, morte e miséria.....71

Capítulo 8
1918: José Milton Carneiro e Cléa Firmo Aguiar: sobre o Romeu e Julieta provinciano – ou sobre um feminicídio.....81

Considerações finais.....87
Referências.....89

Apresentação

O escritor George Orwell, autor de obras clássicas como “1984” e “A revolução dos bichos”, afirma que “a história é escrita pelos vencedores”. O que isso significa? Quem são os vencedores e quem são os vencidos? Significa dizer que a história é escrita pelas forças políticas dominantes daquele momento. Esses são os “vencedores”. Os “vencidos”, por sua vez, são aqueles que não possuem voz na história oficial, ou são simplesmente esquecidos. Quando lembrados, a sua história é escrita pela versão dos “vencedores”.

No caso do município de Massapê, localizado no estado do Ceará, desde sua fundação, basicamente, as mesmas forças políticas se alternam no poder. Não obstante o controle da máquina pública, essas famílias, pertencentes à classe dominante da cidade, possuem uma influência que está para muito além do âmbito econômico e político.

Até o momento em que escrevo, Massapê possui apenas duas obras que se propõem a tratar, de uma forma geral, sobre a sua história. A primeira é “Massapê em foco”, de Osvaldo de Aguiar. A segunda chama-se “História de Massapê”, dos autores Tremal Carvalho e Francisco Carvalho.

Passado mais de um século da fundação do município, a inexorável marcha do tempo traz a oportunidade histórica de se contar uma nova versão sobre a história do município.

Como afirmava o filósofo Michel Foucault, “onde há poder, há resistência”: para aqueles que se recusam a aceitar como natural a construção política dessa cidade e, também, recusam-se a aceitar que os fatos narrados pelos “vencedores” sejam a única versão possível, “Manifesto dos Vencidos” é a obra certa.

“Manifesto dos Vencidos” não é uma declaração de derrota. Muito pelo contrário, é uma manifestação de que esses estão mais vivos do que nunca, seja literalmente, seja metaforicamente. A empreitada de confeccionar uma

obra de tal importância ficou a cargo do meu amigo Jameli Oliveira. O autor não é um historiador de formação, mas escreve para preencher lacunas.

O grande e saudoso antropólogo Darcy Ribeiro afirmava que “só há duas opções nesta vida: se resignar ou se indignar. E eu não vou me resignar nunca”. No presente manifesto, observa-se a indignação do autor com a manutenção *do status* quo no município de Massapê.

Victor Sérgio Freire Araújo

Introdução – ou excurso: para uma história dos vencidos

No momento em que preparamos estes apontamentos, a historiografia de Massapê conhece pouquíssimas obras que aceitaram a difícil tarefa de abordar sua história de maneira sistemática. A pioneira, e certamente a mais importante, é o livro *Massapê em foco* (1969), lavra das mãos habilidosas do escritor Osvaldo de Aguiar[1]. Publicada em 1969, esta obra abrange um período da história local de 1898 até meados de 1968. O livro mais recente é *História de Massapê* (2018), de autoria de Tremal Naik Soares Carvalho, em coautoria com seu pai, Francisco Evilásio Araújo Carvalho, que abrange um período da história compreendido entre 1898 e 2018. O mesmo autor pulicara um livro didático no fim do século passado destinado ao segundo ano do ensino fundamental[2].

Além da escassez numérica de obras dedicadas à história de Massapê, o que de antemão justifica nossa tentativa de contribuir com o assunto, há algo mais sério no nosso empenho em acrescentar mais um relato ao catálogo de obras dedicadas à história do município. Sem tal motivação não seria necessário mobilizar esforços para escrever algo que Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar fizeram com maestria. Nossa motivação parte do pressuposto de que, excetuando-se algumas monografias sobre a história recente, sensíveis às narrativas silenciadas pela história oficial, os livros sobre a história massapeense descuidam da história dos vencidos. O que torna relevante o nosso esforço é o fato notável de as composições literárias de Osvaldo de Aguiar e Tremal Carvalho possuírem esta grave lacuna: é fácil notar que os vencidos não têm lugar nas narrativas de ambos.

1 Cabe uma ressalva à afirmação de pioneirismo da obra de Osvaldo de Aguiar. Na verdade, em 1945, Osmundo Pontes escreveu *Notícia histórica de Massapê*. Em razão do título, evidentemente trata-se de uma obra sobre a história do município. Infelizmente não conseguimos localizar essa publicação. De todo modo, atribuímos pioneirismo ao texto de Osvaldo Aguiar porque, sem dúvidas, foi a primeira e definitiva influência nas escritas posteriores a ele, que tomam o município de Massapê como tema.

2 Para estudo da história do município, o leitor da última obra de Tremal Carvalho, *História de Massapê*, pode, sem prejuízo, abrir mão da leitura da primeira, *Conhecendo Massapê*, visto que a última atualiza e enriquece a primeira publicação do historiador.

Nos dez capítulos de *História de Massapê* (2018), Tremal Carvalho apresenta, no primeiro deles e em não mais que duas páginas, os aspectos históricos do processo de formação do município, pondo em evidência que o recorte temporal da sua narrativa parte da povoação das terras do município pelos brancos (CARVALHO; CARVALHO, 2018, p. 14). O mesmo recorte é assumido por Osvaldo de Aguiar, como veremos em seguida.

O curso da obra de Tremal Carvalho, uma espécie de almanaque, de guia turístico de datas, fatos e curiosidades sobre o município, feito com uma impressionante riqueza de detalhes, denota o esforço extraordinário do autor por localizar, em minúcias, cada fato importante sobre a conquista dos brancos. Por brancos, o autor se refere a políticos que ocupam ou ocuparam cargos relevantes no Estado e no país, sacerdotes, pessoas "ilustres" do município, boa parte dos quais carregam, às vezes forçosamente, o sobrenome do próprio autor e que são amplamente mencionados no texto. Ao longo de mais de cem páginas, essa é a tônica de toda a narrativa.

Esporadicamente, o autor menciona um ou outro elemento que poderia compor uma história dedicada aos esquecidos, mas reserva a eles não mais que alguns *insights*. É o caso da alusão a Damião, massapeense que teria fundado uma fraternidade na Várzea da Cruz, a Irmandade da Cruz, a quem Tremal Carvalho, acriticamente, fiando-se no testemunho de Antônio Thomaz Neto, dedica três parágrafos do seu livro (CF. CARVALHO; CARVALHO, 2018, p. 110). Tendo sido perseguido pelos políticos da época e pelas autoridades religiosas, o que teria provocado, além da perseguição a ele, a morte dos membros da fraternidade, de Damião temos apenas o testemunho literário de Antônio Thomaz Neto[3], ao qual recorrem todos os que escreveram sobre o assunto[4].

Em outras ocasiões, Tremal Carvalho também menciona alguns aspectos importantes sobre a cultura do município, como a referência, dentre outras coi-

3 CF. NETO, Antônio Thomaz. A Irmandade da Cruz. 1ª Edição. Fortaleza: ABC Editora, 2007. Ao longo da obra, o autor estabelece uma confusão consciente entre história e literatura. Uma vez que o próprio autor não demarca o que seria histórico e o que seria fruto da sua imaginação criativa, não estamos autorizados a tomar como histórica toda a narrativa da obra. Essa parece ser a posição de Fernandes (2019) e Carvalho (2018). Ademais, Antônio Thomaz Neto não apresenta nenhum documento que ateste a existência da Irmandade da Cruz em Massapê, nem de seu líder, Damião. Apesar de ser errôneo atribuir validade histórica apenas ao testemunho documental, e não é nossa intenção, aqui, depreciar o trabalho de Antônio Thomaz Neto, é necessário indicar esta lacuna: mesmo testemunhando em favor dos vencidos, Antônio Thomaz Neto, que não é historiador de ofício, não toma cuidado de indicar as fontes orais ou documentais do livro. Na nossa pesquisa, salvo algumas exceções que não estamos seguros de que possam ser atribuídas à mesma fraternidade massapeense, também não conseguimos localizar nenhuma alusão à existência de Damião. Mesmo considerando o relato oral, a história de Damião permanece um mistério, como veremos.

4 Além da obra de Tremal Carvalho, CF. FERNANDES, Raimundo Nonato. Entre fanáticos e Cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903). Em *Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano*. SANTOS, Carlos Augusto Pereira (org.). Sobral: SertãoCult, 2019.

sas, à banda de música "A furiosa" (CARVALHO; CARVALHO, 2018, p. 83) e à escultura de Chica Pinote (CARVALHO; CARVALHO, 2018, p. 88), que poderiam constituir uma ode em favor da memória dos vencidos. Infelizmente, o autor não avança muito na narrativa.

A escrita memorialista da primeira obra sistematicamente dedicada à história de Massapê, *Massapê em foco* (1969), também não vai além de algumas alusões esparsas à narrativa dos vencidos. A ela, no entanto, vale dedicarmos mais tempo ao exame, uma vez que é no *Massapê em foco* que nasce a principal narrativa dos vencedores, a qual Tremal Carvalho parece recorrer até mesmo na divisão dos capítulos do seu último livro. De fato, o acorde inicial do *Massapê em foco* ressoa, em variadas modulações, em praticamente todos os trabalhos posteriores a ele que têm a história de Massapê como mote. Vale, nesse sentido, indicar ao leitor as semelhanças estruturais e teóricas entre *Massapê em foco* e *História de Massapê*. Passaremos, em seguida, ao exame da primeira obra sobre a história local.

Nas páginas iniciais do livro de Osvaldo de Aguiar constam quatro citações. Nenhuma representa o caráter da obra de forma tão fidedigna quanto a alusão ao psicólogo francês Gustavo Le Bom, que figura como epígrafe do livro: "A história da civilização é a história dos grandes homens, que se vão sucedendo, de idade em idade. Os povos que não possuem tais homens não têm civilização, nem história" (AGUIAR, 1969, p. 5).

No *Massapê em foco*, o autor notadamente tem intenção de fazer memória às biografias desses grandes homens. Quem seriam eles? Quais suas origens? No seu livro, os grandes homens eram os ilustres, os representantes da elite intelectual, econômica e política do município. Suas origens remontam a um passado longínquo que antecede a emancipação de nossa cidade e ultrapassam as fronteiras do continente. Não pertenciam a camadas populares, não eram os mestiços nem os indígenas, muitas vezes tratados com desdém pela caligrafia bem-acabada, mas, por vezes, preconceituosa, do autor: eram, segundo ele, os descendentes da colônia portuguesa. Nas palavras de Aguiar,

> Tais mestiços, em que pese o conceito divergente emitido por Idelfonso Albano, criador do Mané Xiquexique, personificam o molenga Jeca-Tatu [,] paulista descrito, com maestria, pela cintilante pena de Monteiro Lobato.
> Os descendentes dos conquistadores lusos, **sem mistura indígena**, são, de fato, **pela operosidade**, os legítimos construtores dos núcleos populacionais da região e que ainda os dominam e mantém em todos os sentidos, como seus senhores (AGUIAR, 1969, p. 16, grifos nossos).

É fácil localizar os homens ilustres descritos pelo autor. Eles têm praticamente os mesmos sobrenomes, a saber, Albuquerque, Pontes, Frota, Aguiar, e figuram aos montes nos monumentos da cidade, nas praças e nas ruas. Todos os espaços testemunham a história desses grandes homens, e *apenas* deles. Os mestiços, os caboclos e os descendentes dos indígenas são raramente mencionados, quando muito. E tal menção quase sempre acompanha um rótulo depreciativo.

Por outro lado, os "primeiros habitantes" do povoado são cuidadosamente descritos nas páginas iniciais do livro, pois pertencem, segundo Osvaldo de Aguiar, à mais nobre linhagem. Fazem parte da "prole numerosa e ilustre" (AGUIAR, 1969, p. 10) de dona Úrsula Balbina de Sousa Lima, proprietária das terras da fazenda que deram origem a Massapê, dentre outros, o primogênito, Diogo José de Sousa Lima, sacerdote e deputado provincial por dois mandatos (1860-1861 e 1864-1865), José Austregésilo Rodrigues Lima e Raimunda Artemísia Rodrigues Lima.

Filho de José Austregésilo, Antônio Austregésilo Rodrigues Lima foi presidente da Academia Brasileira de Letras, em 1939, precursor da neurologia no Brasil e um dos precursores da psicanálise, e seu sobrinho, neto de José Austregésilo, Austregésilo de Athayde, além de presidente mais longevo da Academia Brasileira de Letras, de 1959 a 1993, tendo sido delegado do Brasil na terceira assembleia geral da ONU, em 1948, foi um dos redatores da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Raimunda Artemísia Rodrigues Lima, filha de dona Úrsula, é mãe de Dom José Tupinambá da Frota, primeiro bispo de Sobral. Seu bispado se estendeu por quase meio século; especificamente, oito anos como vigário geral e 43 como bispo, tendo sido, até o presente momento, o mais longevo (CF. ARAÚJO, 2015, p. 55).

Em que pesem as mudanças ocorridas ao longo deste século de emancipação do município, a historiografia local segue atrelada às biografias dos vencedores, que correspondem a tais "grandes homens". Falta, a essa mesma historiografia, uma narrativa que restitua a memória dos vencidos.

Percebendo essa lacuna, convém olhar nosso passado de outro ângulo. Vale dizer, porém, que não é nossa intenção, ao resenhar as obras de Osvaldo de Aguiar e Tremal Carvalho, depreciar os méritos desses homens ditos ilustres, e o é apenas quando a narrativa desses mesmos ilustres avilta a história dos vencidos. Nosso objetivo é atribuir igual importância àqueles que, por razões que desconhecemos, embora suspeitemos, não são lembrados. Abaixo apresentamos alguns exemplos presentes no livro de Osvaldo de Aguiar.

Cocochini, ou Coquechinim, líder da tribo dos Tapuias[5], denominação homogênea atribuída aos indígenas rebeldes que habitavam nas encostas da serra, nas proximidades do que hoje é o povoado do Riacho Fundo, vivia numa comunidade que, atualmente, ainda que apenas por força da memória local, homenageia seu nome. O indígena é mencionado no livro de Osvaldo de Aguiar, sem receber muito destaque, apenas para contrapor a operosidade dos conquistadores lusos à preguiça dos descendentes do valente herói indígena (CF. AGUIAR, 1969, p. 16).

Marajó, "primeiro índio legítimo transplantado do Amazonas para o Ceará" (AGUIAR, 1969, p. 23), também é mencionado no livro, somente para receber do autor igual classificação depreciativa:

> Era um colomim baixote e gorducho, chamado Marajó. A sua fuga, em 1906, do poder do cel. Meneses, para a morada de Francisco Gomes, em Sobral, provocou a mais ruidosa questão de foro. O silvícola em carne e osso não valia a terça parte do dinheiro gasto na demanda! Tudo não passou de mero capricho dos contentores! (AGUIAR, 1969, p. 23).

Os caboclos, "homens do povo", cujos sobrenomes o autor não considera dignos de menção, também aparecem no texto. A "Chica *'Pinote'* nunca pinoteou na vida. Andava em casa e na rua, serena e discretamente. Um tarado moral a seduziu. O povo em desagravo a tamanha afronta ergueu-lhe a estátua na Praça São Francisco, no ano de 1930" (AGUIAR, 1969, p. 93). Ainda hoje temos à vista este monumento, exatamente no mesmo lugar em que o autor menciona, embora desconheçamos as origens da Chica Pinote[6].

Convém enfatizar que, nas palavras do próprio Aguiar (1969, p. 52, grifo nosso), a ideia de homenagear a "heroína açoitada pelo destino", esculpida por Francisco Lopes em setembro de 1930, "partiu do **povo** de que era amada e a que pertencia pelo sangue e pelo coração".

Incidentes como esse mencionado acima, tal como o caso de Milton Carneiro e Clea Aguiar[7], feminicídio romanceado como uma atualização provincial de Romeu e Julieta, merecem destaque, uma vez que são raras as ocasiões

5 Sobre a classificação dos Tapuios, ou Tapuias, segundo Filho, (1962, p. 15): "as tribos que a este constituíam não formavam uma massa coerente, nem do ponto de vista ético, nem linguístico, nem antropológico".

6 O monumento em homenagem a Chica Pinote ainda preservado é, na história do município, um feliz acaso. Na velha Praça da Matriz, nas proximidades da Coluna da Hora, obra do arquiteto – não de formação, mas de ofício – Manuel Ogésimo, havia uma estátua com traços de uma mulher indígena, muito semelhante à Iracema, de José de Alencar. Por ação de vândalos – entendam-se, os responsáveis pela "restauração" da praça da matriz na gestão do prefeito João Pontes –, o monumento se perdeu.

7 Falaremos mais deste incidente no capítulo 8.

em que é possível documentá-los. Fizemos uma exaustiva busca nos jornais da época por meio da hemeroteca e não conseguimos localizar nenhuma alusão ao fato. O que teria acontecido afinal? Além da violência sexual, teria sido ela assassinada? A escassez de referências, mesmo na própria menção de Osvaldo de Aguiar, indica um fato importante, um traço que seria perceptível mesmo se não houvesse a confissão do autor: Chica Pinote não pertencia à parentela dos ilustres.

O construtor da ponte que ligava a cidade à grande fazenda Bandeira Branca é conhecido apenas por Joaquim Cara Branca (AGUIAR, 1969, p. 22-23), e os descendentes do valente vaqueiro da fazenda Aiuá, "velho Deocleciano" (CF. AGUIAR, 1969, p. 26), seguindo a sina nômade do vaqueiro nordestino, foram viver no Oriente. "E lá se estabeleceram com modesta venda de cuscuz de milho para mostrar aos chineses que não só de arroz vive o homem..." (AGUIAR, 1969, p. 26-27).

Quem são os descendentes do vaqueiro Deocleciano? A quais famílias pertenciam Joaquim Cara Branca, Chica Pinote, o valente Cocochini e tantos outros? A história escrita não lhes fará menção, e os que testemunharam sua presença também já rumaram para o esquecimento. Alguns deles permanecerão no mesmo anonimato mitigado que o autor de *Massapê em foco* lhes legara, quando mencionara, de passagem, sem indicar suas origens, nem seus sobrenomes, suas existências.

Chica Pinote, Joaquim Cara Branca e Cocochini são existências quase que fantasmagóricas no relato de Osvaldo de Aguiar. Apesar do esquecimento, a história desses anônimos é a história de cada um de nós, descendentes de caboclos, de indígenas e de escravos africanos. Por este motivo, não temos a pretensão de sermos imparciais. Falamos em interesse dos vencidos, porque os vencedores têm uma historiografia oficial que os homenageia.

Contra a marcha da história que se ergue sobre o amontoado de cadáveres a que se chama progresso, nas palavras do filósofo judeu-alemão Walter Benjamin, é preciso lançar um olhar sóbrio sobre o monte de escombros sob a tradição, pois todo documento de cultura é um documento de barbárie. Por outras palavras, toda recordação das façanhas dos conquistadores sepulta a luta dos vencidos.

Falamos em interesse dos vencidos, devemos enfatizar. Porque o que se tenta mascarar, conscientemente ou não, com a historiografia oficial, dos vencedores, a historiografia dos livros de Osvaldo de Aguiar e, em menor medida, de Tremal Carvalho, é a exclusão das classes subalternas, estas que não têm seus feitos registrados na história. O poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht expressa este sentimento no seu poema "*Perguntas de um trabalhador que lê*":

> Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
> Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras?
> E Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre?
> Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram?
> No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
> para onde foram os pedreiros?
> A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:
> quem os erigiu? Quem eram
> aqueles que foram vencidos pelos césares? Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores? Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a seus escravos.
> O jovem Alexandre conquistou a Índia.
> Sozinho?
> César ocupou a Gália.
> Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro? Felipe da Espanha chorou quando sua frota
> naufragou. Foi o único a chorar?
> Frederico Segundo venceu a guerra dos sete anos. Quem partilhou da vitória?
> A cada página uma vitória.
> Quem preparava os banquetes comemorativos?
> A cada dez anos um grande homem.
> Quem pagava as despesas?
> Tantas informações.
> Tantas questões.[8]

O historiador, assim como qualquer pesquisador, não é neutro. Em seus escritos, estão presentes as marcas de sua posição social e do contexto histórico em que vive. Neste sentido, não chega a causar nenhuma surpresa o esquecimento da história desses anônimos: a história de Massapê é narrada e documentada pela parentela dos ilustres.

Partindo desse pressuposto, portanto, nossa proposta é pensar uma escrita que faça justiça à memória dos esquecidos, sem estetizar os feitos dos vencidos ou ignorar os desfeitos dos vencedores. Procuraremos localizar, por entre a crosta de prolixidade e eloquência do *Massapê em Foco* e a descrição minuciosa, positivista, de cada fato a respeito da história "branca" de Massapê, feita por Tremal Carvalho no livro homônimo, as lacunas por onde emergem

8 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2201670/mod_resource/content/1/POEMA%2-0DE%20BRECHT%20%28PERGUNTAS%20DE%20UM%20TRABALHADOR%20QUE%20L%C32. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

– ou deveriam emergir – as vozes dos esquecidos. Numa palavra, lembrar o que se quer esquecer, este é o nosso objetivo.

Os caracteres abaixo representam nosso esforço por tentar preencher as lacunas deixadas pelos livros dedicados à história massapeense, tomando o recorte das primeira e segunda décadas de emancipação, nas partes II e III do livro, e muito antes disso, até, na primeira parte. Temos consciência de que tais lacunas não poderiam ser completadas senão por historiadores de ofício ou por inteligências prodigiosas, pouco preocupadas com o despendimento de tempo e energia para localizar esses rastros quase apagados de existências semiesquecidas. Aceitamos o desafio, a despeito de sabermos não ser nem uma coisa nem outra.

Se a escrita não satisfizer o gosto refinado do leitor, que o mesmo leitor a veja ao menos como um apelo, um convite: a história dos vencidos deve ser continuada. Com sorte, talvez por quem folheie estas páginas.

Parte I

(Sobre o “Massapê pré-histórico”):
de 1713 – ou de muito antes disso – a 1898[9]

9 Foto da Casa de Pedra no município de Senador Sá. Arquivo pessoal do autor.

Capítulo 1

O mito: pureza racial e ascendência portuguesa

> Tradicionalmente chama-se de "pré-história" o período que antecede a invenção da escrita. Ora, essa definição é muito reducionista – será que uma pintura numa pedra, uma lenda, uma inscrição qualquer, etc., não servem também como fontes históricas? Claro que sim. Entendemos que o homem é um ser histórico; onde há presença humana, há história. Assim, o homem faz história desde o momento em que surgiu na terra e não apenas quando inventou a escrita (FARIAS, 2015, p. 14).

Com essas palavras, Airton de Farias inicia um importante relato sobre a "pré-história" do Ceará, questionando a narrativa tradicional que associa a origem do Estado à presença dos primeiros europeus nestas terras. Com igual expressão iniciamos uma disputa teórica com a historiografia oficial de Massapê, escrita por Osvaldo de Aguiar e Tremal Carvalho. Um deles estabelece, como marco fundacional de Massapê, a presença de "famílias ilustres" nesta região; o outro ignora a "pré-história" do município.

Desse modo, nesta parte da escrita, falaremos a respeito das condições que antecederam a emancipação política do município de Massapê. A historiografia oficial normalmente conta a versão dos Frota, elite política e econômica massapeense ainda hoje, ou dos Arruda, também elite política do município, nos primórdios de sua emancipação. Em favor destes últimos, a história, e a própria memória dos descendentes dos primeiros Arruda, ergueu-lhes suntuosos monumentos. Não sem razão. Pelas motivações que apresentamos no excurso e considerando uma história à luz da crença positivista, os ilustres, nas palavras de Osvaldo de Aguiar, são, de fato, e com toda a carga semântica que a expressão ostenta, os "legítimos conquistadores" desta terra. Mas a "conquista", ponderando todo massacre indígena e o frequente esquecimento dos conquistados, não passa de um eufemismo. Faríamos mais justiça à memória local se disséssemos que os ilustres são os legítimos invasores das terras massapeenses.

Durante todo esse tempo esses mesmos ilustres produziram silêncios significativos. É, a esse respeito, digna de nota a menção de Aguiar ao "primeiro índio legítimo transplantado do Amazonas para o Ceará" (AGUIAR, 1969, p. 23). Considerando a acuidade de seus registros, a eloquência e a profundidade das alusões de sua escrita memorialística, é pouco provável que Osvaldo de Aguiar não conhecesse alguns exemplares de descendentes de indígenas, "legítimos" ou não, aqui mesmo no município. É menos provável ainda que, quando faz alusão ao valente guerreiro da tribo dos Tapuias, Cocochini, não pudesse dispor de um resquício sequer dos descendentes do herói indígena, a não ser o testemunho da memória local que lhe conserva em homenagem, pouco acima do Riacho Fundo e ao lado da sugestiva "Casa Forte"[10], um lugar de mesmo nome, ou muito semelhante a ele – *Coquechinim*, como dizemos hoje.

Seguindo as indicações do próprio autor, é bem provável que ele simplesmente não considerasse a história indígena digna de menção. Outra possibilidade é que Osvaldo de Aguiar tenha querido estetizar as origens europeias dos "legítimos conquistadores", origem por ele mesmo, supostamente, compartilhada. Contudo, a história do país não parece admitir esse purismo racial aludido por Osvaldo de Aguiar.

A afirmação presente no início de *Massapê em foco* (AGUIAR, 1969, p. 16) de que os grandes construtores dos núcleos populacionais do país são "sem mistura indígena" parece uma tentativa de conceder título perpétuo de propriedade do município às oligarquias locais, que constituem a parentela ilustre do próprio autor. Os "legítimos conquistadores" seriam, desde sempre, os estabelecidos contra os *outsiders*[11], na narrativa de Osvaldo de Aguiar.

No *Massapê em foco*, a reivindicação de ascendência portuguesa, desconsiderando a existência dos povos originários ou propositalmente ignorando-os, garante aos grandes proprietários de terras do município o status de capitanias hereditárias tardias. Ignorando os indígenas e a pluralidade de misturas que constituem nossa brasilidade, não há quem divida com os ditos ilustres o título

10 As casas fortes eram moradias erguidas pelos conquistadores a fim de manter o domínio das terras indígenas em regiões longínquas. Nas palavras de Araújo (2020, p. 40), uma *casa forte* "tinha a missão solitária e aterradora de lembrar aos *marinheiros estrangeiros* e aos *tapuias nativos* que aquelas eram terras da coroa portuguesa". A um historiador comprometido com a narrativa dos vencidos, é tarefa de primeira grandeza investigar se realmente teria existido uma casa forte no alto da serra, região fronteiriça entre Massapê e Meruoca, e se essa casa teria sido erguida e conservada em função do combate entre o valente Cocochini e sua tribo e os invasores portugueses.

11 Cf. Elias, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

de propriedade perpétua das terras massapeenses. Há que se contar, porém, que esse título deve ser questionado, que, fazendo justiça aos "legítimos proprietários" desta terra, devemos dizer que nossa história começou com um massacre.

Quem quer que queira contar uma história ou recontar uma narrativa que faça justiça aos vencidos deve dedicar um capítulo ao massacre indígena ocorrido em cada povoação em que os "legítimos conquistadores", descendentes da colônia portuguesa, fizeram morada. Massapê não constitui um caso à parte. Infelizmente, falta-nos a expertise científica de um historiador de ofício para perceber os poucos registros em que a história oficial deixou escapar, dos silêncios significativos, o testemunho dos vencidos. Se fazemos este esforço é porque, mesmo nos historiadores de ofício, comparece igual lacuna.

Reconhecendo nossas limitações pessoais, não pudemos retroceder demasiadamente no tempo para falar da primeira expedição ao Norte do Estado, na serra da Ibiapaba, em 1603, chefiada por Pero Coelho de Souza, certamente importante para a compreensão do apagamento dos indígenas das páginas da história oficial (CF. POMPEU, 2004; FARIAS, 2015). Se recuássemos um pouco mais no tempo, perceberíamos a coincidência entre as primeiras povoações dos europeus no Ceará e o extermínio indígena delas decorrente. Interessa-nos, porém, intuir como esse conflito se deu no Massapê "pré-histórico". Por isso, escolhemos a data de 1713 como ponto de partida.

A data de 1713 é, nela mesma, algo de arbitrário – os historiadores sabem o quão complicado é estabelecer esses limites temporais –, algo de significativo. No melhor dos casos, é o que procuraremos defender aqui: um marco teórico necessário e decisivo.

O que teria acontecido no município no ano de 1713 de tão importante a ponto de podermos situar a data como ponto de partida para nossa análise sobre a "pré-história" de Massapê? Provavelmente em 1713 os vencidos perderam seu principal referencial de resistência: Cocochini.

No contexto do que ficou conhecido como "Guerras Bárbaras", conflito entre os invasores europeus e os nativos, o ano de 1713 representa o clímax da disputa no Ceará. Nesse ano, os indígenas confederados invadiram a vila de Aquiraz, mataram cerca de duzentos habitantes da vila e expulsaram os demais moradores. Segundo Farias (2015, p. 75), não fosse a ação do coronel João de Barros Braga, a vila de Aquiraz seria completamente destruída.

Osvaldo de Aguiar também situa essa data como marco do conflito que pôs fim à resistência indígena no município de Massapê: “em 1713, os colonos brancos componentes da segunda expedição governamental os atacaram, de rijo, tomando-lhes as terras, as roças e, sobretudo, as filhas donzelas, com as quais muitos deles passaram a viver maritalmente, em caloroso aconchego” (AGUIAR, 1969, p. 15-16). Perdigão de Oliveira (1890, p. 120), falando da segunda expedição contra os índios Baiacús e os Areriús, após a invasão em Aquiraz, acrescenta que os últimos “levantaram-se na ribeira do Acaracú contra os moradores dali”, reforçando a ocorrência do evento acima aludido, também no Norte de estado.

Na ausência de referências explícitas além do comentário de Osvaldo de Aguiar, deve-se deduzir que essa expedição pôs fim à existência do herói indígena Cocochini, líder da tribo dos Tapuias, junto com muitos indígenas da tribo dos Areriús. Carlos Studart Filho dá dimensão da grandeza do extermínio das tribos indígenas na segunda expedição, mas deixa implícito que tal extermínio não teria sido suficiente para pôr fim a toda a geração de indígenas insurretos. Em suas palavras,

> Também na bacia do Acaraú agiam grupos rebeldes, cujas correias hostis as gentes alienígenas vinham, de há muito, pondo em sobressalto a região. Para esmar os recalcitrantes mudou Barros Braga o capitão de seu regimento, Pascoal Correia Lima, que, prosseguindo a obra da expunsão (sic) iniciada no Jaguaribe pelo seu comandante, “matou grande número de inimigos a aprisionou cento e vinte cinco cabeças” (FILHO, 1963, p. 19).

Páginas abaixo, o autor menciona outro importante documento histórico que faz alusão ao massacre, a carta do governador de Pernambuco, Dom Lourenço de Almeida, de 27 de março de 1715:

> [...] ela determinava que se continuasse com todo empenho a guerra iniciada pelo seu antecessor, Félix José Machado, contra os Tapuias do Ceará “para que se extingam ou se afugentem de nós, tanto que nos fique livre o uso da terra, ou se faça neles tal estrago, que os intimida, em forma que se não se atrevam e fiquem os meus vassalos livres de padecer com as semelhantes que agora experimentam” (FILHO, 1963, p. 23-24).

Por fim, Carlos Studart Filho conclui que, a despeito do extermínio, as batalhas travadas pelos indígenas não se encerraram no massacre de 1713, como aparentemente fizera crer Osvaldo de Aguiar. É preciso concluir, com ele, que a história de Cocochini não se encerra com o massacre da tribo, nem com a morte do guerreiro indígena.

Enquanto existiam como povo, os indígenas puderam cultivar a recordação do valente guerreiro. O extermínio concreto de Cocochini só se efetivou no decurso de um século ou mais, com o epistemicídio indígena, quer dizer, com a assimilação da cultura dos povos originários à genérica classificação de brasileiro, ou cearense, no nosso caso. Não tomar isso em consideração é chancelar o extermínio dos povos originários por duas vezes, massacre e epistemicídio. Novamente, a hipótese de Carlos Studart Filho é que

> Terminada a guerra de 1713-1715, estava para sempre morto o sentimento de altivez e rebeldia do nativo cearense. Encerra-se a fase heroica da resistência armada dos filhos da terra aos invasores brancos.
> Atritos armados e sangrentos, envolvendo o silvícola, haviam de entenebrecer por dilatado período o ambiente social do Ceará. Desassossego e insegurança inquietariam, desse modo, pelo tempo em fora, os lares sertanejos.
> Tais lutas já não eram, porém, oriundas dos velhos ódios separadores de brancos e íncolas que recrudesciam. Resultavam antes do choque de interesses políticos, sociais ou econômicos, surgidos do próprio seio da comunidade luso-brasileira aqui radicada. O elemento indígena pelejaria nesses conflitos apenas integrando qualquer das parcialidades que se digladiavam, nunca porém como grupo independente agindo por iniciativa própria (FILHO, 1963, p. 24).

Da existência enquanto povo, os indígenas, no decorrer dos séculos, assimilaram-se quase que completamente à cultura dos conquistadores. É por esta razão que tão grave quanto o extermínio é o esquecimento a eles devotado nas teses de Osvaldo de Aguiar. Vale lembrar que o autor atribui aos descendentes de portugueses, *sem mistura*, a estatura de legítimos construtores da terra. Difícil, porém, é encontrar em que parte do país estavam encapsulados os portugueses legítimos e sem mistura mencionados por ele, alguns séculos depois da colonização portuguesa.

Para justificar sua tese, o autor também traz de algum rincão da Amazônia um exemplar de um não europeu *legítimo e sem mistura*, Marajó, indígena trazido ao município pelo coronel Meneses (Cf. AGUIAR, 1969, p. 23) e que, por ocasião da sua fuga, em 1906, "provocou a mais ruidosa questão de foro". Seriam os frutos da mistura entre europeu e indígena uma massa tão homogênea que sequer seria possível perceber que se tratavam de duas culturas completamente distintas?

Hoje não é muito fácil perceber tais traços de origem indígena na população massapeense. Na época de Osvaldo de Aguiar, a tarefa certamente era menos dificultosa. Por que não contou a história deles? Apresentamos nossas razões páginas acima; apresentaremos outras, páginas abaixo.

Na verdade, na figura do caboclo nordestino, misturam-se europeus, africanos e indígenas. Há, na história e na literatura, inúmeros eventos que contrariam a tese de Osvaldo de Aguiar. Na literatura, o romance indianista *Iracema*, de José de Alencar, que narra a história de amor de Martim – alusão ao português Martim Soares Moreno, visto por parte da historiografia oficial como fundador do Ceará – e a indígena Iracema, é um eloquente exemplo. Da união entre Iracema e Martim nasceu o primeiro cearense, Moacir. Nas palavras de Farias (2015, p. 27), trata-se do "índio, idealizado, aculturado, aliado ao colonizador, [que] geraria o cearense, esquecendo-se, por outro lado, que para a formação desse, houve também a contribuição negra e que a miscigenação aconteceu não raras vezes, com violência sexual contra mulheres".

Na própria história da invasão portuguesa ao Norte do Estado temos outro exemplo bastante significativo. Personifica-se, na biografia do português João Pinto de Mesquita (CF. ARAÚJO 2020, p. 217), que teria emigrado de Portugal para a região do curato de Acaracu, parte do qual posteriormente seria a cidade de Sobral, nos anos vinte do século XVIII. A mulher – "legítima" – dele, Tereza Rodrigues de Oliveira, era sobrinha do capitão-mor da Caiçara, Antônio Rodrigues Magalhães[12]. Pelo casamento, o português ingressou na parentela ilustre dos estabelecidos na região da Caiçara.

12 João Pinto de Mesquita seria ainda o primeiro dos invasores portugueses a fazer morada em Santa Quitéria, segundo Antônio Bezerra. Nas *Notas de viagem* consta o seguinte depoimento: "Santa Quitéria deve seu começo ao português João Pinto de Mesquita e Souza, que veio fixar sua residência em terras que fazem parte do termo. Teve diversos filhos, entre os quais o capitão-mor Antonio Pinto de Mesquita, avô da mulher do senador Francisco de Paula Pessoa, mãe do senador Vicente Alves de

Sobre a segunda união – ilegítima – do português com a indígena Luiza da Costa, da vila de Viçosa, reservemos a palavra ao testemunho de Araújo:

> Isto é muito curioso. Através de uniões sexuais – uma lícita e outra ilícita – Mesquita se inseriu em duas redes de solidariedade parental: a primeira a das famílias estabelecidas na região do curato do Acaracu (depois rebatizado de Vila de Sobral); e a segunda na rede dos índios catequizados na região da Ibiapaba. Em pouco tempo, "administrar" o "amor" e a união afetiva com essas duas mulheres (uma índia e uma branca) faria daquele português outsider um dos homens mais ricos (em terras, em gados e em cargos) da região do Acaracu de então (ARAÚJO, 2020, p. 218).

A estratégia dos proprietários das terras que deram origem a Sobral e outras cidades do Ceará era, através do consórcio com portugueses "legítimos e sem mistura", conseguir "branquear" a pele e as origens dos grandes fazendeiros da região. Foi o caso da união entre Tereza Rodrigues e o português João Mesquita. Vale lembrar que Rodrigues é também o sobrenome dos descendentes de dona Úrsula, avó de dom José, doadora das terras que deram origem à paróquia de Massapê.

Teriam os descendentes de dona Úrsula alguma ascendência direta indígena? É bastante provável, em prejuízo da tese de Osvaldo de Aguiar. Em favor disso, temos o testemunho insuspeito de padre Sadoc de Araújo, cuja árvore genealógica, em certa ocasião, como admite em *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú* (2000, p. 118), encontra um ancestral comum de dona Úrsula. Segundo ele, "João Pinto de Mesquita teve um filho natural chamado João Pinto de Sousa, nascido da índia Luíza da Costa, natural de Viçosa e que se casou com Teresa Oliveira, filha natural de Marcelino de Oliveira e Luiza de Tal, ambos solteiros" (ARAÚJO, 2015, p. 84).

A estratégia de apagar conscientemente as marcas de ascendência indígena, no entanto, mostra-se parcialmente ineficaz já na segunda união do português, o que nos leva a concluir que, à defesa de Osvaldo de Aguiar da ascendência portuguesa pura e sem mistura dos primeiros habitantes da povoação de Massapê, subjaz o mesmo desejo de "branquear" a procedência dos conquistadores.

Paula Pessoa, senhora respeitável por suas seletas virtudes; D. Izabel Geracina, avó do senador Thomaz Pompeu de Souza Brasil e João de Mesquita Pinto" (MENEZES, 1899, p. 234).

No primeiro volume da Cronologia sobralense, Pe. Sadoc diverge da informação apresentada por Araújo apenas em relação ao grau de parentesco entre Tereza Rodrigues de Oliveira e o capitão-mor Antônio Rodrigues Magalhães. Segundo Pe. Sadoc, Tereza Oliveira era irmã, e não sobrinha, do capitão-mor Antônio Magalhães (CF. ARAÚJO, 2015, p. 82).

É certo que os Frota e os Rodrigues de Lima descendem de portugueses, conforme descreve Pe. Sadoc em *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú* (2000), mas a ideia de purismo racial, insistentemente defendida pela parentela dos Rodrigues de Lima, em Sobral, cujo desejo de inserir a todo custo a cidade no mapa da Europa tornou-se proverbial no mais ilustre dos seus representantes, dom José Tupinambá da Frota, e em Massapê, reproduzida pelo mito da ascendência pura dos Arruda, é absolutamente insustentável.

Na mesma obra acima citada, padre Sadoc desfaz outro mito a respeito da ascendência dos Frota, também propalado por dom José, o de título de nobreza da família. Diz ele:

> Dom José Tupinambá da Frota, primeiro bispo de Sobral e descendente do biografado, informa em sua "História de Sobral", p. 57, que Domingos Rodrigues Lima, "que era de família nobre, como demonstra o registro de sua patente no Livro da Ouvidoria de Pernambuco." Não sei donde provém a alegada nobreza, uma vez que o pai era analfabeto e os avós, pobres camponeses da povoação portuguesa de Cabração. É bem verdade que no termo de casamento de seus genitores, acima transcrito, consta como testemunha João Afonso, solteiro, com sobrenome da mãe, identificado como "filho da marqueza" (sic), título ou apelido escrito com eme inicial minúsculo e sem outra qualquer referência esclarecedora (ARAÚJO, 2000, p. 136).

Por tudo isto, a visão de Osvaldo de Aguiar sobre a origem pura e sem mistura dos edificadores da povoação que deu origem a Massapê parece míope, para dizer o mínimo. A estratégia de branqueamento e consequente aniquilamento das nossas origens indígenas e africanas, no entanto, trouxe graves consequências para a memória de ambos. O que teria acontecido aos descendentes de Cocochini? Foram todos exterminados junto com ele? Foram expulsos pelos europeus e aldeados na serra da Ibiapaba? Foram assimilados à cultura dos invasores pelo casamento? Todas as hipóteses são possíveis.

Na ausência do testemunho dos vencidos, na escassez de referências dos conquistadores ao destino dos povos conquistados e reconhecendo nossas limitações pessoais, não assumimos nenhuma das teses acima se não nos for permitido assumir todas elas. Não custa enfatizar: é tarefa de primeira grandeza, para um historiador de ofício, investigar essas origens. Aos demais, nos incluímos no segundo grupo, cabe reconhecer os rastros mais evidentes da sobrevivência da memória indígena em nossa cultura.

Sobre esses vestígios da cultura indígena em nosso meio, vale mencionarmos as práticas de caça e pesca com tarrafas, quixós e arapucas, praticadas ainda hoje pelos caboclos do sertão massapeense, o cultivo da mandioca e do milho, as tradições populares vinculadas ao cultivo da lavoura, que associam as fases da lua aos períodos ideais para o cultivo, plantio e colheita dos roçados, certamente herança dos rituais indígenas, sem falar nos utensílios, cuias, potes e panelas de barro. O que dizer do prazer indescritível de armar e espichar as costas numa rede bem tecida, no alpendre da casa velha dos avós, meio-dia, após um almoço regado a feijão verde – feijão maduro, como dizemos –, farinha branca num pirão escaldado, milho assado na brasa do fogão a lenha semiapagado? O urucum, pisado no pilão velho da avó, herdado da bisavó, que herdara da tataravó... tempera a comida. E a feijoada, fina flor do misto entre culinárias brasileira e africana?

Para suportar o trabalho duro da roça, os homens, ou quase sempre os homens, faca peixeira na cintura, assim que abre a bodega, normalmente de madrugada, tomam um gole de cachaça com caju, que vale por duas doses, como dizem, ou com algum outro "remédio" destilado na bebida, como casca de umburana, pau-ferro ou "cabeça-de-nêgo". Os feitores de cachaça mais experientes conhecem até uma planta que, se misturada na bebida, diminui seu teor alcoólico, dando a ela um aspecto envelhecido. Esse ambiente instável, povoado de machismo, autoritarismo e violência, é, sem dúvidas, remanescente dos conflitos intermináveis entre indígenas, escravos e invasores europeus.

A essa altura, os mais saudosistas, ao folhearem estas páginas, talvez também se recordem do cheiro da primeira chuva caindo no terreiro da velha casa de taipa do interior, anunciando o inverno, molhando o chão tostado de sol e obrigando os bichos a se refugiarem na sombra de algum juazeiro, a mais rebelde das plantas sertanejas. O Juazeiro, aliás, contam as lendas sertanejas, é também uma árvore "visagenta". Sua sombra acolhedora recebe os animais, os viajantes e até alguma alma sem luz que vagueia nas poagens sertanejas. Também pudera. Às vezes, na ausência da espaçosa casa de alpendre de algum coronel, por quilômetros, a árvore é a única sombra capaz de abrigar algum viajante. Em tempos de escassez, só o verde dela protesta contra a cor cinza dominante de todo o resto da vegetação.

Supondo a companhia de algum leitor mais impaciente, perdoe nossa digressão... Descrevendo este cenário, percebemos que as culturas indígenas e africanas, apesar da tentativa de silenciá-las, vivem em nós. É por essa razão que protestamos contra as teses de Osvaldo de Aguiar. Pelo bem e pelo mal,

somos uma confusa mistura entre indígenas, africanos e europeus. Não poderia ser diferente. Afinal, somos brasileiros.

A razão pela qual Tremal Carvalho, Osvaldo de Aguiar, narradores da história do município, e Antônio Bezerra, talvez o único dos grandes historiadores do Ceará no período que antecede a fundação do município a dedicar algumas linhas a falar das primeiras povoações de Massapê, não se ocuparem da memória dos nativos, é que tais nativos, quando não exterminados, confundiram-se com a raça dos conquistadores, "civilizaram-se" – ou seja, foram exterminados, aculturados, perseguidos ou aldeados – de tal forma que é preciso algum esforço para desfazer o mito da pureza racial, assumido explicitamente na narrativa de Osvaldo de Aguiar.

No caso de Osvaldo de Aguiar, parece existir uma deliberada intenção de apagar da história nossos traços de origem indígena; no caso de Tremal Carvalho, quando no *História de Massapê* assume falar apenas da história "branca" do município, trata-se de uma omissão. Em Massapê, em virtude da omissão, ou de coisa pior, é necessário mais uma vez enfatizar: ninguém é descendente puro de europeu ou de indígena. Somos todos frutos dessa mistura.

Capítulo 2

Para uma história alternativa dos vencedores (ou Sobre a Casa de Pedra): entre o altar de Santa (dona) Úrsula e a "Casa do Cão"

Na tentativa de recontar a história do município sob o olhar dos vencidos reservamos algumas linhas ao depoimento de Antônio Bezerra. Há pelo menos uma razão bastante plausível para isto, e, infelizmente, não é o fato de ele pôr os esquecidos em evidência: Antônio Bezerra, talvez o único dos grandes historiadores do período que antecede o "Massapê histórico" a dispender algum esforço para falar a respeito da história da formação inicial do município, contraria flagrantemente as narrativas de Osvaldo de Aguiar e Tremal Carvalho. E não só elas. Todos os que escreveram sobre as origens de Massapê, em alguma medida, assumiram, como intérpretes, o discurso de Osvaldo de Aguiar sobre a fundação do município.

O tabelião Evilásio Carvalho, pai de Tremal Carvalho e coautor de *História de Massapê*, numa obra sobre a genealogia massapeense, publicada em coautoria com Assis Arruda, conta, sobre a formação do município, que

> Suas origens datam da construção da Ferrovia Sobral-Camocim, com estação inaugurada a 31 de dezembro de 1881. Deve-se o povoamento do reduto a moradores vizinhos, e sobretudo, aos paroaras egressos dos seringais nortistas e especialmente das regiões acreanas, onde lá se destacara o cearense de Massapê, crismado na sua terminologia matuta com o nome de Lixandre Liveira Lima[13] (ARRUDA; CARVALHO, ?, p. 6).

O relato acima tem lugar nas páginas iniciais da *Cronologia genealógica massapeense*, obra, apesar de inconclusa, fundamental para a compreensão de nossas origens. Arruda e Carvalho buscam a referência da narrativa acima no

13 Massapeense que teria explorado as terras do que hoje é a cidade amazonense de Boca do Acre. Conhecido como Barão de Boca do Acre, a cidade homenageia seu nome (CF. AGUIAR, 1969, p. 21).

volume 16 da *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959). Curiosamente, não dedicam uma palavra à história alternativa de Antônio Bezerra, também presente na obra. Na *Enciclopédia dos municípios brasileiros* encontramos o seguinte relato:

> Como particularidade menciona-se a "Casa da Pedra" no lugar olho-d'água, distrito de Senador Sá, a 4 km da sede distrital, com as dimensões de 100 x 40 palmos, sendo a sua construção atribuída aos colonizadores, para defesa própria. Em 1712, Manoel da Cunha Freire requereu em sesmaria, a data da terra "olho-d'água dos Picos", fazendo já naquele tempo menção da existência da "Casa da Pedra" e de um açude que lhe fica ao lado (IBGE, 1959, p. 371).

Não é de modo algum equivocado dizer que os dois principais movimentos que contribuíram para o crescimento populacional do município foram a vinda da estrada de ferro e o retorno dos paroaras às terras massapeenses. Tanto é que é no entorno da ferrovia e nas proximidades das grandes casas, erguidas pelos massapeenses que fizeram um retorno bem-sucedido, que se formou o centro de Massapê. No entanto, pode-se suspeitar que houvesse mais que uma estranha coincidência na negligência de Tremal Carvalho, Osvaldo de Aguiar e Evilásio Carvalho à história da Casa de Pedra: há um interesse, explícito, no caso de Osvaldo de Aguiar, em ocultar parte da história dos primeiros colonizadores do município, certamente porque eles não carregam os sobrenomes dos que alegam propriedade perpétua das terras massapeenses.

Nenhum dos que foram mencionados acima desconhece a referência à Casa de Pedra. Textualmente, Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar chegam a mencioná-la em suas obras. Osvaldo de Aguiar, à sua maneira, demonstra conhecimento da Casa de Pedra apenas para dizer que um viajante ilustre esteve de passagem por ela: "o cientista austríaco Luduvico Schuwenhagem [...] visitou a 'casa de pedra', na imediação do serrote dos Picos" (AGUIAR, 1969, p. 19). Tremal Carvalho cita a crítica de Antônio Bezerra ao trajeto da estrada de ferro por Sobral (CARVALHO, 2018, p. 14), sem mencionar, porém, que, algumas páginas abaixo (CF. MENEZES, 1899, p. 59), no mesmo trajeto, Antônio Bezerra dedica longas linhas à descrição da referida casa.

Antônio Bezerra, que segundo Osvaldo de Aguiar (1969, p. 18) esteve de passagem pelo que posteriormente seria o município de Massapê, em 3 de de-

zembro de 1884, a despeito de dedicar um extenso relato à descrição da casa, é fortemente influenciado, na sua descrição, pela narrativa dos ilustres. Vale notar que a responsabilidade pela acolhida de Antônio Bezerra em Massapê coube ao chefe da estação, Urçulino Ferreira de Paula (MENEZES, 1889, p. 47). Desnecessário dizer qual sua ascendência.

Se a povoação que deu origem a Massapê surgiu no terreiro sacro de dona Úrsula, avó de dom José[14], segundo a narrativa dos descendentes dela, a Casa de Pedra recebeu dos ilustres, mas também do próprio povo, a pecha infame de "Casa do Cão". O relato de Antônio Bezerra também contribui com esse preconceito.

A fim de não dar margem a imprecisões históricas sobre o caso, pedimos licença ao leitor para reproduzir todo o relato de Antônio Bezerra, ainda que extenso, a respeito da edificação:

> Chegando a Massapê fiz telegrafar ao chefe da estação de Pitombeiras, José Gomes Ferreira Torres, que mandasse postar duas cavalgaduras próximo ao desembarque para nos transportarem ao lugar Olho d'agua dos Picos.
> Duas horas depois o trem de ferro de Sobral conduzia a mim e ao Sr. Urçulino até aquele povoado.
> Pelas 4 horas partimos, prestando-se a acompanhar-nos o Sr. José Gomes.
> Ao fim de vinte minutos de viagem, descendo um alto, abriu-se diante de nós uma espécie de anfiteatro de rochas nuas e de formas bizarras, tendo embaixo à direita viçosos arvoredos alimentados pela humidade de um olho d'agua perene.
> À esquerda ficam os picos mais ou menos agudos que dão nome ao lugarejo.
> Mais além descobre-se a casa de pedra que constitui uma curiosidade nessas paragens, e tem merecido a visita de quantos amam a ciência e mostram interesse pelas raridades.

14 Além da primeira padroeira do município, Santa Úrsula, homenagear a avó de dom José (CF. ARAÚJO, 2015, p. 25), consta no volume 16 da *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (1959, p. 372), que o próprio município, por curto espaço de tempo, também homenageou dona Úrsula: "Chamou-se antes Santa Úrsula, segundo informa Álvaro de Alencar, denominação que o povo não aceitou". Em privilégio da história dos vencidos, temos que prestar agradecimento à lucidez do povo. Em todo caso, a afirmação de Ferreira, obtida de empréstimo de Álvaro de Alencar, não encontra sustentação nas obras de história do município. Parece pouco crível que o culto a dona Úrsula, já canonizada na primeira padroeira da matriz, tenha também tido o território de um município em sua homenagem. De todo modo, fica o registro, uma vez que, tal como ocorreu em Santa Quitéria, nada impede que tenha também ocorrido aqui.

> É realmente digna de nota pela sua pesada construção, e principalmente pelas lendas caprichosas com que a imaginação do povo a tem procurado tornar celebre.
> Recostada à rocha de formação gnésica, ergue-se como uma fortaleza, do solo a mais de dez metros de altura, tendo as paredes superiores oitenta e dois centímetros de grossura.
> Não tem e creio que nunca teve coberta, e apesar do abandono e estrago dos agentes atmosféricos, conserva-se ainda em perfeito estado.
> A entrada é pelo lado do fundo por duas portas na sala do centro, às quais correspondem duas janelas que dão vista para a planície, e as outras duas salas do lado direito e esquerdo só tem comunicação interiormente.
> Uns atribuem sua construção aos holandeses, outros aos jesuítas, e quer tenha sido levantada por estes ou aqueles, admira a perfeição do trabalho, visto como as pedras sustentadas sem cimento ou outra composição de argamassa, mostram-se ainda tão aprumadas que tanto do lado interno como externo não sobressai uma polegada da parede.
> Calculo que tenha de frente cerca de vinte metros.
> ...
> Satisfeita minha curiosidade no exame e medidas que tomei daquele edifício, ao sair fora dei com os olhos nos obeliscos que emergiam a poucos passos de nós de entre pedras negras, fendidas irregularmente, e desejei vê-los de mais perto.
> Tocávamos a base do mais elevado, quando se nos apresentou o Sr. Alexandre da Cunha Freire, morador e possuidor do casebre que se esconde à sombra das grandes arvores ao lado direito do olho d'agua.
> Nada soube informar-nos com certeza a respeito do construtor da casa de pedras, que no entanto pertencera a seu pai, Antônio da Cunha Freire, o qual se finara com idade superior a oitenta anos, havia bem pouco tempo; mas ouvia referir pelos habitantes dos arredores ter sido seu primeiro dono um estrangeiro que ajudado de uma preta velha, nela só trabalhava à noite.
> Durante o dia nunca nenhum foi visto no serviço daquele colosso, de modo que cada manhã aparecia um lanço de parede construída, como por encanto.
> A preta, dizia ele, constava que era o diabo.
> Ficamos a pensar (MENEZES, 1889, p. 59-61).

A descrição apresenta uma visão carregada de intenção preconceituosa ao eleger como *outsiders*, isto é, os que são "de fora", que não são bem-vindos nas terras do município e nos livros de história local, não católicos, a Casa de Pedra provavelmente foi obra dos holandeses, com a caprichosa colaboração

de uma "preta velha", a quem as fabulações sobre a construção da casa não hesitam em classificar como diabólica.

Ainda hoje é possível ouvir fabulações assustadoras sobre a origem diabólica da casa. De passagem por Senador Sá, soubemos que, aproximadamente há três décadas, um grupo de pessoas esteve visitando a edificação. No interior, ou próximo da casa, por acidente, encontraram um enxame de abelha. Um casal, dentre os que visitavam a casa, foi morto a ferroadas; outro sobreviveu, refugiando-se no olho d'água, nas proximidades do local. Não sabemos a veracidade da narrativa.

A história contada por Antônio Bezerra assume outras variações. A tradição oral conta ainda que, enquanto o misterioso pedreiro construía a edificação, um comboieiro, passando pelas proximidades, sugeriu que a casa tivesse duas paredes internas. Ao traçar uma cruz, indicando o formato das paredes, o misterioso pedreiro abandonou, de imediato, a construção. Por outros ouvimos dizer que o personagem da narrativa não era um comboieiro, mas um sacerdote, e que, ao benzer a casa, expulsara o pedreiro demoníaco.

As caprichosas lendas sobre a origem da casa avultam, no nosso entendimento, uma mensagem: ergue-se, com esse tipo de narrativa, um front de disputa entre a historiografia oficial do município, católica, oligárquica, elitista, e uma história alternativa, também elitista, mas que ocasionalmente poderia admitir que no panteão dos ilustres coubessem outros nomes, jamais admitidos pela parentela das oligarquias locais, como holandeses e afrodescendentes, mas que, por princípio, deveria protestar contra as descrições caricaturais de negros e indígenas, presentes nesta e em outras narrativas.

Para os vencedores e seus respectivos porta-vozes, há que sempre ser diabólica uma narrativa que contrarie suas pretensões de domínio.

O leitor verá, paginas abaixo, que é esse o tom de todos os relatos historiográficos do município feitos pelos historiadores de parentela ilustre: enaltecer a história dos vencedores e enterrar a mais de sete palmos do chão qualquer coisa que contribua com a história alternativa dos vencidos.

Deslocar geograficamente a colonização do município até as proximidades de Pitombeiras, hoje Senador Sá, antes distrito de Massapê, e recuar historicamente pouco mais de um século, exigiria a dissolução do mito do purismo racial referido por Osvaldo de Aguiar em sua obra, além da inserção de outros sobrenomes na galeria dos ilustres.

A história dos vencedores, levando em consideração as especulações sobre quem teriam sido os construtores da Casa de Pedra, poderia admitir, além dos descendentes dos conquistadores portugueses, holandeses, jesuítas e talvez algum indígena assimilado à cultura dos conquistadores. Mais ainda: se segun-

do Ferreira (1959, p. 371), Manuel da Cunha Freire requereu a posse das terras do Olho D'água dos Picos, já fazendo menção à Casa de Pedra, em 1712, data muito próxima da referida por Osvaldo de Aguiar sobre a morte de Cocochini, 1713, a casa é um dos poucos monumentos, talvez o único, que testemunha a barbárie sofrida pelos indígenas resistentes, dos quais Cocochini é testemunha solitária, o único cujo martírio garantiu o reconhecimento imortal.

Uma vez que todos os que testemunharam o massacre indígena no município emudeceram, só o faro apurado de um amante da história seria capaz de vislumbrar os rastros de sangue deixados para trás, em privilégio do que os colonizadores chamam de progresso. Mas provavelmente só um historiador de ofício conseguiria localizá-los ao certo. Tais rastros também estão presentes nos sítios arqueológicos nas proximidades da Casa de Pedra. Há, além da casa, num raio de vinte quilômetros, aproximadamente, os sítios arqueológicos de Tucuns e Córrego da Onça, em Massapê.

Os sítios, via de regra, sempre despertaram interesse dos historiadores cearenses, desde a vinda dos colonizadores à serra da Ibiapaba. No imaginário dos portugueses, talvez porque indicassem, numa linguagem misteriosa, a presença de algum metal precioso. No imaginário do povo, de outra maneira, mas por motivo idêntico, eram os jesuítas que teriam escondido tais metais, tomados dos indígenas, em alguma botija no meio do mato.

Quem, no interior do Estado, não conhece lendas sobre botijas escondidas no meio do mato? Rocha (2003, p. 73) dá sustentação teórica a tais lendas ao afirmar que, em função das necessidades criadas pelas secas, "a botija, recheada com as economias familiares [...], era a forma mais comum de previdência nos sertões do Nordeste". O próprio Antônio Bezerra (1899, p. 62), na sua passagem por Massapê, faz referência a elas: "atravessamos o pequeno açude que as águas das chuvas haviam derrubado a parede passada no meio de um riacho, e íamos além ver uma grande pedra, crivada de caracteres ininteligíveis, a qual supunha o Sr. Cunha encobria um tesouro".

É surpreendente que, apesar disso, os historiadores do município, até onde sabemos, não tenham devotado grande interesse em pesquisar sobre a Casa de Pedra. Talvez graças à lenda que povoa o imaginário sertanejo de um tesouro escondido nos arredores dessa edificação, outro pesquisador da história do Ceará de primeira grandeza também manifestou interesse por ela, o Barão de Studart. O autor cita uma carta de Jacó Viçoso endereçada a Lobo da Silva, datada de 27 de março de 1757. Nela, Jacó se mostra disposto a abandonar o posto de administrador, desanimado com a expedição frustrada em busca de ouro e outros metais preciosos. Jacó Viçoso descreve a referida casa quase que com os mesmos caracteres que Antônio Bezerra posteriormente utilizaria, o que nos leva a crer que se trata da mesma casa de pedra do município de Senador Sá. Diz ele:

> "A admiração que acho nestes sertões é somente que existindo os holandeses nesta Capitania vinte e um anos, e entre estes só sete em paz, em tão pouco tempo calculavam nestas campanhas e em outras as partes mais esquisitas; no que mostra unirem-se tanto com o gentio que dos mais ocultos lugares os faziam cientes; o que não têm logrado os portugueses, sendo os primeiros conquistadores e estabelecidos, tenho tido notícias de bosques, serras e montes donde se acham ferramentas e socavões de holandeses sem até o presente serem examinados, **e ainda me causa mais admiração saber-se por ditos de alguns índios que distante deste lugar ao pé de oitenta léguas se acha uma casa de pedra de abóbeda, com sua porta forte, junto a uma lagoa, serviço dos ditos holandeses, e por tradição dizem tem um riacho junto, que tem metal desta ou daquela qualidade; e a tantos anos não houve um índio que descobrisse este e outros lugares para nós incógnitos, e de presente se têm feito duas entradas a dita lagoa**; [...]" (STUDART, 2004, p. 90, *grifo nosso*).

O relato sobre a Casa de Pedra é, ainda hoje, envolto em mistério. O certo é que não apenas o imaginário popular profana a edificação, também para os historiadores do município a Casa de Pedra carrega uma aura sacrílega. Sobre a presença de metais preciosos ou algo do gênero, permanece a mesma incerteza presente em quase tudo que envolve a história da edificação. Nós, testemunhas da história de dona Úrsula, também herdamos essa lacuna.

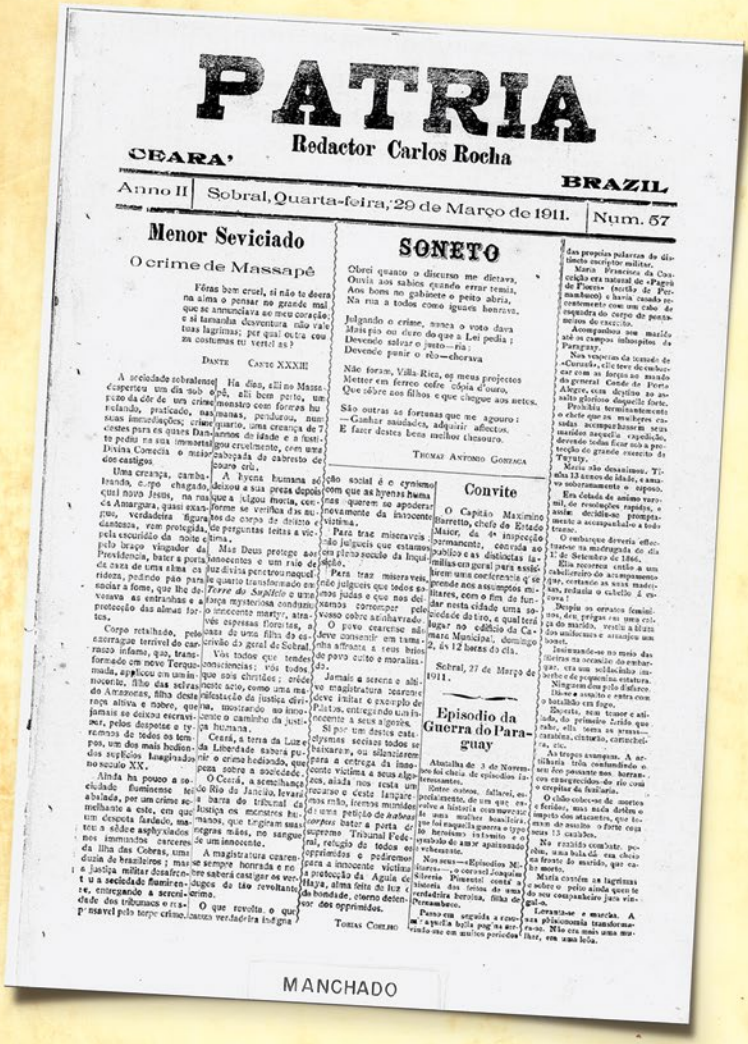
A ausência de qualquer vestígio de metais preciosos ao redor da casa, nesses quase quatro séculos de história, testemunha em desfavor da lenda. O "tesouro" que a casa conserva talvez seja de outra natureza...

Aqui, infelizmente, concluímos nosso relato alternativo sobre a história dos vencedores, abandonando o leitor mais com interrogações que com afirmações. Nossa esperança é que futuramente surjam pesquisadores realmente comprometidos com a pesquisa historiográfica do município, dispostos a mergulharem a fundo nessa busca. Quem sabe descubram que por lá, nas proximidades da Casa de Pedra, estão os cadáveres dos nossos ancestrais indígenas.

Enquanto não surgem exclamações, despedimos nosso leitor ao menos com provocativas interrogações. Aqui, onde tudo começa – com interrogações –, terminamos.

Parte II

(1898-1908):
Primeira década de emancipação[15]



PATRIA

Redactor Carlos Rocha

CEARA' — BRAZIL

Anno II | Sobral, Quarta-feira, 29 de Março de 1911. | Num. 57

Menor Seviciado

O crime de Massapê

Féras bem cruel, si não to doera na alma o pensar no grande mal que se annuncíava ao meu coração: e si tamanha desventura não vale tuas lagrimas; por qual outra cou za costumas tu verter as?

DANTE — CANTO XXXIII

A sociedade sobralense[illegible] despertou um dia sob o peso da dôr de um crime rolando, praticado, nas mesmas immediações; crime destes para os quaes Dante pedia na sua immortal Divina Comedia o maior dos castigos.

Uma creança, cambaleando, o corpo chagado, qual novo Jesus, na rua ces Amargosa, quasi exangue, verdadeira figura, cantasse, vem protegida pela escuridão da noite pelo braço vingador da Providencia, bater a porta da casa de uma alma caridosa, pedindo pão para saciar a fome, que lhe devorava as entranhas e a protecção das almas fortes.

Corpo retalhado, pelo azorrague terrivel do carrasco infame, que, transformado em novo Torquemada, applicou um immundo, filho das selvas do Amazonas, filha desta terra activa e nobre, que jamais se deixou escravizar, pelos despotas e tyrannos de todos os tempos, um dos mais hediondos supplicios imaginados no seculo XX.

Ainda ha pouco a sociedade fluminense tendo abalada, por um crime semelhante a este, em que um desposta fardado, matou a sêdes asphyxiados nos immundos carceres da Ilha das Cobras, uma duzia de brasileiros; mas se é justiça militar desaffrontou a sociedade fluminense, entregando a serenidade dos tribunaes o responsavel pelo torpe crime.

Ha dias, alli no Massapé, alli bem perto, um monstro com forças hu manas, perdoem, num quarto, uma creança de 7 annos de idade e a fustigou cruelmente, com uma cabeçada de cabresto de couro crú.

A hyena humana pôz-se a sua presa depois que a julgou morta, certificou-se verificou ser ella um dos corpos de delicto e de perguntas feitas a victima.

Mas Deus protege aos innocentes e um raio de luz divina penetrou naquelle quarto transformando em *Terra do Sapêlo* o antro mysterioso condemnado innocente martyr, atravez expressas florentes, a consciencias: vós todos que sois christãos; orae neste acto, como uma manifestação da justiça divina, inostrando ao innocente o caminho da justiça humana.

Ceará, a terra da Luz e da Liberdade saberá punir o crime hediondo, que pesa sobre a sociedade.

O Ceará, a semelhança do Rio de Janeiro, levará a barra do tribunal da justiça os escrotores humanos, que tingiram suas negras mãos, no sangue de um innocente.

A magistratura cearense sempre honrada e nobre saberá castigar os verdugos do tão revoltante crime.

O que revolta o que verdadeira indignação

SONETO

Obrei quanto o discurso me dictava,
Ouvia aos sabios quando errar temia.
Aos bons no gabinete o peito abria,
Na rua a todos como iguaes honrava.

Julgando o crime, nunca o voto dava
Mais pio ou duro do que a Lei pedia;
Devendo salvar o justo—ria;
Devendo punir o réo—chorava

Não foram, Villa-Rica, os meus projectos
Metter em ferreo cofre cópia d'ouro,
Que cobre aos filhos e que chegue aos netos.

São outras as fortunas que me agouro:
—Ganhar saudades, adquirir affectos.
E fazer destes bens melhor thesouro.

THOMAZ ANTONIO GONZAGA

ção social é o cynismo com que as hyenas fluminenses querem se apoderar novamente da innocente victima.

Para traz miseraveis julgueis que estamos cegos pleno sol do Brasil seculo.

Para traz miseraveis, não julgueis que estamos cegos pleno sol do Brasil seculo.

Jamais a serena e altiva magistratura cearense deve faltar o exemplo de Platão, entregando um innocente a seus algozes.

Si por um destes casos, algumas vezes todos se baixarem, ou silenciarem para a entrega da innocente victima a seus algozes, ainda nos resta um recurso e este lançare mos mão, fazendo mundo a uma petição de *habeas corpus* bater a porta do Supremo Tribunal Federal, refugio de todos os opprimidos e pedirmos para a innocente victima a protecção da Aguia de Haya, alma feita de luz (de bondade, eterno detensor dos opprimidos.

THOMAS COELHO

Convite

O Capitão Maximino Barretto, chefe do Estado Maior, da 4ª inspecção permanente, convida ao publico e as distinctas familias em geral para assistirem uma conferencia q se deve realisar hoje no salão da Camara Municipal, domingo 2, ás 12 horas do dia.

Sobral, 27 de Março de 1911.

Episodio da Guerra do Paraguay

Alcatifas de 3 de Novembro foi chata de episodios interessantes.

Entre outros, faltaral, especialmente, de um que escreve a historia com marcas de uma mulher bonitinha, que foi magnifica guerra o typo do heroismo feminino e o symbolo de amor apaixonado e vehemente.

Nos seus——Episodios Militares——, o coronel Joaquim Silveira Pimentel conta a historia das feitas de uma verdadeira heroina, filha de Pernambuco.

Passo em seguida a reconhecida bolla pag'na arrancando-me um[illegible] das propias palavras do distincto escriptor militar.

Maria Francisca da Conceição era natural de «Pagrú de Floresta» (outr'ora em Pernambuco) e havia casado recentemente com um cabo de esquadra do corpo de permanentes do exercito.

Acompanhou seu marido até os campos infopitos do Paraguay.

Nas vesperas da tomada de «Curuzú», ella teve de coabitar com os forças ao mando do general Conde de Porto Alegre, cuja destino ao assalto glorioso daquelle forte.

Prohibiu terminantemente o chefe que as mulheres casadas acompanhassem nessa ousadia aquella expedição, devendo todas ficar sob a protecção do grande exercito do Tayuty.

Maria não desanimou. Tinha 13 annos de idade, e amava ardentemente o esposo.

Era dotada de animo varonil, de resoluções rapidas, e assim decidiu-se promptamente a acompanhal-o a todo transe.

O embarque deveria effectuar-se na madrugada do dia 1 de Setembro de 1866.

Ella recorreu então a um cabelleireiro do acompanhante, cortando as suas madeixas, pedindo o cabello á cuia?

Depois os cerrates femininos, dos peitos em uma calça do marido, vestiu a blusa dos uniformes e arranjou um bonet.

Insinuando-se no meio das fileiras na occasião do embarque, ella um soldadinho insolhe e de pequenina estatura.

Ninguem deu pelo disfarce. Ella se e poz a entrar com o batalhão em fogo.

Soccrito, valente e atilado, do primeiro Leão que rahe, ella toma as armas caramburo, carnichel-ra, etc.

As tropas avançam. A artilharia troa confundindo o seu fogo possante nos horrorosos estrondos de ferro com o crepitar da fuzilaria.

O chão cobre-se de mortos e feridos, mas nada detem o impeto dos atacantes, que tomam de assalto o forte com seus 15 canhões.

Na retalda combate, porém, uma bala dá em cheio na fronte do marido, que cahe morto.

Maria contém as lagrimas e sobre o pelo ainda quente do seu companheiro jura vingal-o.

Levantam-se e marcha. A sua phisionomia transforma-se. Não era mais uma mulher, era uma leôa.

MANCHADO

15 Pátria. Sobral, 29 de março de 1911, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massa%20p%C%203%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=234. Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

Capítulo 3

O caso Damião e aIrmandade da Cruz

É pelo recorte da passagem do século XIX para o século XX que as principais obras dedicadas à história de Massapê costumam iniciar. Após o recuo temporal formulado no capítulo anterior, convém acompanharmos esse itinerário.

Se seguíssemos o mesmo percurso daqueles que recorrem aos documentos oficiais para contar a "história oficial" do município, não faríamos nenhum acréscimo ao que já fora dito por Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar.[16] Como a nossa proposta é narrar uma história sob o olhar dos vencidos, e tal história não repercute nas páginas da historiografia oficial, começaremos fazendo memória à existência, ainda que povoada por uma aura de mistério, de uma fraternidade de expressão messiânica supostamente fundada em Massapê, nas proximidades da Várzea da Cruz, denominada Irmandade da Cruz, cujo fundador fora um ex-morador das proximidades do Ipaguaçu-Mirim, conhecido apenas pelo cognome de Damião.

Antônio Thomaz Neto, massapeense natural do distrito de Ipaguaçu e autor das obras *A irmandade da Cruz* e *Acaraú-Mirim: Cem anos de desilusão*, é o responsável por projetar essa narrativa. Sob o ponto de vista da história dos vencidos, a existência desse personagem, envolvido numa aura de mistério, poderia redimir nosso passado de produção de silêncios significativos.

Sob muitos aspectos, é importante resgatar a memória deste cujo nome evoca resistência, questiona o *status quo*, em que dominam confortavelmente os poderosos do município, há pelo menos cem anos, denuncia a corrupção sistematicamente praticada pelas oligarquias locais, desde o início de nossa história oficial, e enfrenta as autoridades religiosas, muitas vezes cúmplices ou coniventes com práticas corruptas.

16 Vale conferir CARVALHO e CARVALHO, 2018, p. 64. Na obra temos uma síntese muito bem elaborada apresentando cada lei importante sobre a evolução administrativa do município. Aqui convém apresentar ao menos duas delas, as que consideramos mais importantes: em 04 de fevereiro de 1882 foi criado, por ato provincial, o distrito de Serra Verde; e em 05 de fevereiro de 1898 Massapê foi oficializado como município emancipado.

Para efeito de comparação, pensamos que, para a memória local, Damião é tão importante quanto foi Padre Cícero para Juazeiro, Lampião para os caboclos que precisam de heróis – nem que para isso tenham que forjar um, ignorando suas controvérsias – ou Antônio Conselheiro para todos os apátridas, esquálidos, famintos, flagelados da seca, que têm na intercessão divina o último fio de esperança. Do último, Damião tem um importante traço biográfico comum, que passaremos, em seguida, a apresentar, pois também é atribuída a ele a criação de uma fraternidade de expressão messiânica.

Os cearenses, de modo geral, são um povo de fé, hoje e, mais ainda, no último quartel do século XIX, nas grandes secas daquele período. Sem as bênçãos dos frutos da terra em tempos de escassez, sem ter a quem recorrer, não tendo nada de notável senão a miséria e tendo por certa apenas a habitual negligência dos governantes, o último recurso era apelar aos céus. Vez por outra a voz divina parecia compadecer-se do sofrimento do povo, mandando, aqui acolá, um representante. Damião talvez fosse um deles.

Segundo conta Antônio Thomaz Neto, n'*A Irmandade da Cruz*, ele nasceu por volta de 1865,

> [...] perto ao Monte da Cruz e da Várzea da Cruz, no lugar onde se formava, próximo à junção de dezoito riachos e grotas, que anos depois passou a pertencer à bacia do grande açude federal, de Acaraú-Mirim (1900-1907), hoje sepultado sobre cinquenta e dois milhões de metros cúbicos de água [...] (NETO, 2007, p. 57).

Onde nasceu, onde começou sua sina, é também onde supostamente estão enterrados, a 52 milhões de metros cúbicos de água, os traços de sua passagem aqui na terra, na fraternidade que fundara. Damião, filho de duplo parto, nasceu primeiro que o irmão, precedência que teria provocado a morte precoce daquele. Desde então Damião carregaria o estigma de malquisto. Sendo rejeitado, inclusive, pelo pai, ele sofria frequentemente com os açoites da vida e do próprio genitor.

Para fugir dos açoites e do estigma, Damião viajou para o porto de Camocim e de lá seguiu clandestinamente numa embarcação rumo aos seringais da Amazônia, por volta de 1882 (CF. NETO, 2007, p. 61). No percurso, teria tido contato com livros religiosos e de outro gênero, dentre eles a bíblia (CF. NETO, 2007, p. 63), fato que marcaria, posteriormente e de maneira significativa, sua trajetória de vida. Nos seringais, fez fortuna em dinheiro e desafetos, o que teria ocasionado sua prisão. Como preso, e depois como fugitivo, Damião estava disposto a voltar a seu local de origem e redimir seu passado de sofrimento.

Na volta, já no alvorecer do século XX, Damião deparou-se com um ambiente de mais desolação. Seus pais tinham morrido e estava sob seu encargo dar continuidade ao núcleo familiar a que pertencia. Mais contrariedades:

> Seu patrimônio fora todo empregado em gado. Com as secas perdera tudo. **De podre de rico**, em pouco tempo, ficou sem nenhum patrimônio, restando só o **podre**, no dizer de poucos amigos, e o que sobrou distribuiu aos pobres. Assim, rapidinho ficara pobre na forma da lei, daí a ideia de organizar-se numa associação civil, [...] retornou ao Morro da Cruz de seus sonhos, quando passou a fundar sua riqueza na caridade, na pobreza e na humildade, imitando o Conselheiro [...] (NETO, 2007, p. 90-91, grifos do autor).

Aqui Antônio Thomaz inicia o seu relato mais significativo. Aqui a história de Damião se confunde com a biografia de Antônio Conselheiro. Aqui se encontram, no espaço e no tempo, quer dizer, na passagem do século XIX para o século XX, na Zona Norte do Estado, dois protagonistas da história do ponto de vista dos vencidos, malgrado apenas um deles ter sido resgatado do esquecimento. Aqui também, infelizmente, precisamos interromper abruptamente nossa narrativa, por razões que apresentaremos logo em seguida. Os detalhes de como Damião, junto a um grupo de, no dizer das autoridades religiosas, "fanáticos", fundaram a Irmandade da Cruz, reservamos à curiosidade do leitor. A quem interessar, vale consultar o livro homônimo de Antônio Thomaz Neto sobre a fraternidade de expressão messiânica supostamente fundada em Massapê.

Preservando a fidelidade ao testemunho histórico, não podemos nos fiar, é penoso dizer, no relato de Antônio Thomaz Neto, pois o que o autor oferece como prova da existência da Irmandade da Cruz em Massapê é tão somente a vaga menção à prisão de quatro indivíduos no município, Campello, Veado, Furtado e Felippe (CF. NETO, 2007, p. 18), e a narrativa que o autor constrói, partindo dessa menção, extravasa o que o relato é capaz de sustentar.

A referência fora feita por Barão de Studart no tomo III da obra *Datas e fatos para a história do Ceará* (2001) e nela sequer comparece o nome de Damião, nem fica claro se a fraternidade teria sido fundada por alguém em Massapê, conforme veremos em seguida. Segundo Barão de Studart, em 26 de março de 1902,

> Na Villa Massapê, ao sopé da serra da Meruoca são presos por uma força de polícia comandada pelo tenente Érico Carapeba, os chefes principais de uma malta de indivíduos conhecidos pelo nome de Irmandade da Cruz, que fora fundada em princípios de abril de 1900 pelos célebres cangaceiros Campello, Veado, Furtado e Felippe. Usavam um chapéu de abas largas tendo no centro uma cruz preta (STUDART, 2001, p. 148).

Esta citação, único registro histórico ao qual Antônio Thomaz Neto se fia para narrar a história da Irmandade da Cruz, como dissemos, não faz nenhuma referência à existência de Damião, nem se ele, ou os que são mencionados no texto, são procedentes de Massapê ou de outra cidade, sequer se a Irmandade da Cruz teria se estabelecido no município, muito menos nas proximidades do que seria o açude Acaraú-Mirim.

Também não podemos recorrer ao livro de Osvaldo de Aguiar quando o assunto é narrar a história dos vencidos. Tendo ele existido, o silêncio a respeito de Damião na obra do autor, considerando a importância que Antônio Thomaz Neto atribui a ele, é a pior de todas as lacunas do livro. É muito estranho que no *Massapê em foco* não compareça nenhuma vez o nome do misterioso Damião, nem mesmo acompanhado de um rótulo depreciativo, como acontece várias vezes na obra, quando outros esquecidos são, de passagem, lembrados.

Nessas ocasiões em que a história oficial apresenta lacunas, o principal recurso é o testemunho oral. O próprio autor admite que "pouco ou nada se encontrou nas fontes tradicionais, no que foi complementado pela documentação oral dos períodos correspondentes" (NETO, 2007, p. 96). Em nenhum momento, porém, Antônio Thomaz Neto apresenta esses relatos, e quando procura dar legitimidade a sua narrativa, descrevendo as biografias dos mencionados por Barão de Studart, Campello, Veado, Furtado e Felippe, do lado da Irmandade, e tenente Érico Carapeba, do lado da lei (CF. NETO, 2007, p. 106), surgem mais lacunas. O que no dizer do Barão de Studart foi obra de "célebres cangaceiros", não produziu na escrita de Antônio Thomaz Neto um único relato significativo.

Por que, então, Damião, um espectro na história dos vencedores e dos vencidos, é um nome tão importante? Teria mesmo existido tal irmandade em Massapê? A resposta às duas questões apresentadas acima iniciaremos neste capítulo e daremos cabo a elas no capítulo seguinte.

Retomando as perguntas, cabe dizer, inicialmente, que, se a única fonte da narrativa apresentada acima for o relato de Antônio Thomaz Neto, a resposta à pergunta se teria existido uma Irmandade da Cruz em Massapê é um categórico *não*. Infelizmente as fontes as quais o autor recorre não são capazes de sustentar

sua narrativa. Há outras fontes ou pistas muito sutis? Há. Tentaremos apresentá-las e interpretar o que elas representam.

Os jornais da época descrevem o município, já no alvorecer do século XX, como um ambiente de fome e miséria. A tradição judaico-cristã apresenta vários exemplos em que, justamente nesse período, surgem os profetas do povo. Mesmo a história oficial concede que existam tais heróis. O povo os cultua porque neles encontra forças para lutar contra opressões. Os vencedores os toleram para não conceder título de heroísmo à resistência do próprio povo.

Nas buscas que fizemos nos jornais da época, das muitas vezes em que, nos jornais do país, aparece literalmente o nome Irmandade da Cruz, conseguimos localizar duas menções que pensamos seguramente se referir à mesma confraria que Antônio Thomaz Neto diz ser proveniente de Massapê.

É importante destacar que era muito comum surgirem associações religiosas com a denominação de Irmandade da Cruz, o que dificulta em muito a identificação da Irmandade da Cruz de Massapê. Além disso, no final do século XIX, também surgiram várias fraternidades de expressão messiânica no Estado, motivadas principalmente por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro. O próprio Antônio Thomaz Neto, citando um trabalho da professora Stella Furtado, menciona a existência de três confrarias místicas na serra da Ibiapaba.

> As três confrarias místicas da Ibiapaba se situavam, segundo a professora Stella: um (*sic*) no sítio Barras, próximo à cidade; outro (*sic*) no sítio Cachoeira, de Antônio Melado, próximo ao rio Inhuçu, hoje conhecido como sítio do Espanhol, outro (*sic*) em Carnaubal, que perduraram oficialmente até a ditadura de Menezes Pimentel no ano de 1937 (NETO, 2007, p. 28).

Segundo Antônio Thomaz Neto (2007, p. 28), apesar da proximidade geográfica, "há uma distância abissal entre elas e a Irmandade da Cruz de Massapê". A afirmação acima, porém, é desacompanhada de qualquer prova no decurso do texto, e, por essa razão, levantamos suspeita sobre ela.

Recuperamos a citação acima, em primeiro lugar, porque o próprio autor usa a referência para apresentar as diferenças entre a Irmandade da Cruz de Massapê e outras confrarias; em segundo lugar, porque, contrariando Antônio Thomaz Neto, acreditamos que a fraternidade que surgira no sítio Cachoeira seria, na verdade, a mesma Irmandade da Cruz presente, de passagem, em Massapê, pelas razões que apresentaremos logo em seguida.

Nas buscas que fizemos na hemeroteca, filtrando os jornais do Estado do Ceará, apenas em uma ocasião aparece literalmente o nome Irmandade da Cruz. Com o título "Declaração necessária", em 19 de setembro de 1899, Francisco Vieira de Mesquita publica no jornal sobralense *A cidade* a seguinte notícia: "O abaixo assinado, residente no lugar Peixe, distrito de S. Cruz, declara que há meses retirou-se da irmandade da cruz, e nem dela mais quer saber, visto como é contrária à ordem do Exmo. Bispo Diocesano" [17].

Note-se que, segundo Barão de Studart, na referência que apresentamos acima, a Irmandade surgiu em abril de 1900. Há, desse modo, duas possibilidades: a primeira é que não se trata da Irmandade da Cruz de Massapê, a segunda é que a Irmandade pode ter origem anterior à atribuída pelo Barão de Studart. Em função da precariedade de informações que dispomos, por ora, não tomamos partido em favor de nenhuma das hipóteses.

Continuando nossa busca pelos jornais do país conseguimos localizar outras duas referências, uma delas bastante significativa. Nela nos fiamos para dizer que a Irmandade não surgiu em Massapê. Há outra, não tão importante quanto a primeira, mas que complementa o relato da primeira menção.

Em 1898, o jornal maranhense *Diário do Maranhão* notifica a existência de uma confraria intitulada Irmandade da Cruz, em Sobral: "comunicam de Sobral o aparecimento ali de vários grupos de fanáticos, denominados Irmandade da Cruz. Esses indivíduos hostilizam a religião católica e as leis da república"[18]. Em poucas linhas, o autor conclui a citação. A narrativa breve, seca, também não nos permite extrair dela muitas conclusões.

É possível que tenha existido uma Irmandade da Cruz em Sobral, uma em Massapê e uma em Santa Cruz? Sim. Como dissemos, o nome era muito comum. Essa é a principal dificuldade que enfrentamos na pesquisa sobre a Irmandade. Porém, enquanto os jornais noticiam a existência de uma confraria em Sobral e em Santa Cruz, no mesmo período, não sabemos ao certo se se trata de uma apenas ou de duas, em Massapê não encontramos nenhuma referência.

Por outro lado, em Sobral, conseguimos localizar mais um importante indício da existência da confraria na cidade. Mais ainda: um jornal do período chega a mencionar um dos nomes dos membros da confraria que Antônio

17 *A cidade*. Sobral, 20 de setembro de 1899, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=%22Irmandade %20da%20Cruz%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=245. Acesso em: 21 de maio de 2022.

18 Diário do Maranhão, 21 de fevereiro de 1898, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720011&pesq=%22irmanda de%20da%20cruz%22&pasta=ano%20189&hf=-memoria.bn.br&pagfis=29471. Acesso em: 21 de maio de 2022.

Thomaz Neto diz ter surgido em Massapê, um ano após o alegado fim da Irmandade da Cruz de Massapê, segundo o próprio Antônio Thomaz Neto.

Conforme apresentamos páginas acima, Barão de Studart menciona a prisão de Campello, Veado, Furtado e Felippe (CF. STUDART, 2001, p. 148), em 26 de março de 1902. Algumas informações adicionais sobre o ocorrido oferece-nos o jornal curitibano *A República*, na edição de 05 de dezembro de 1903, ao descrever um texto intitulado *Os fanáticos do Ceará*, cujo conteúdo é o que se segue:

> D'A República, da Fortaleza, em 6 do p. passado:
> Escreve-nos, em data de 21 de outubro, o nosso correspondente de Crateús:
> — Sábado, 17 deste, correu em toda a vila que os irmãos da Cruz Vermelha se achavam arranchados nas margens do Poty, a pequena distância daqui, em número de cento e quatorze pessoas.
> O nome de Cruz Vermelha, nesta parte do Estado, causa sempre um certo temor a quem tem conhecimento das façanhas desses fanáticos.
> Pela insistência de muito se falar nisto, o delegado de política Alferes Lima mandou ao rancho dos fanáticos um sargento e uma praça chamar à sua presença Frei Pedro, que constava ser o chefe dos intrujões.
> Lá chegando as praças, perguntaram quem era o chefe.
> Todos *una voce* responderam que o eram vindo à presença da autoridade dez homens, que voluntariamente se ofereceram.
> Um deles que mostrava ser o mais graduado, pois trajava calça e paletó de brim quase branco, enquanto os outros vestiam camisa de ceroula e algodão, foi escolhido para ser interrogado.
> Às perguntas que lhe fez o delegado respondeu: que chamava-se João Paes de Lavor, natural do lugar Cachoeira, termo de São Benedito, solteiro; que ia em romaria a Juazeiro com três irmãos casados, que conduziam suas famílias; que não havia chefe em seu grupo; que não conhecia "Frei Pedro"; que não sabia que imagens trazia-se no bando para venerar; que supunha que alguém trazia a do padre Cícero; que três pessoas conduziam imagens ao pescoço; que **o célebre fanático Campello estivera com eles em Cachoeira**, mas que havia se retirado; que há poucos dias Antônio Melado, reunido a quarenta homens, atacou a casa em que eles moram, travando-se grande luta da qual resultaram, de parte a parte, muitos ferimentos, vencendo afinal Melado, que efetuou a prisão de uns trinta homens que, remetidos por ele a São Benedito, foram logo no dia seguinte postos em liberdade pelas autoridades, que desaprovaram muito o ato de Melado; que respondeu que ia fazer uma promessa no Juazeiro, mas voltaria, ao passo que muitos dos que iam com ele tencionavam ficar lá morando; que enfim levavam provisão

suficiente em cargas, para se alimentarem na viagem de ida e volta, seguramente duzentas léguas.
Das 9 para 10 horas da noite, atravessaram ruas em tanto silêncio que só se percebia os ruídos produzidos pelos cascos das cavalgaduras dos fanáticos.
Veio-se a saber depois que Frei Pedro ia dirigindo essa gente; que depois de cada oração, que faziam três vezes por dia, todos se prostravam diante dele e beijavam-lhe a mão chamando-lhe de pai.
Frei Pedro é um negro corpulento, de estatura regular, natural da serra da Meruoca.
Fez no Juazeiro as suas primeiras armas e como nele foi conhecida certa força moral, aliada, naturalmente, à força do cocão (*sic*) da Meruoca, frei Pedro, hoje na Cachoeira manda meter bolos em todos os seus "jurisdicionados", cortar os cabelos de todas as donzelas, sendo em tudo obedecido, sem a menor oposição.
Este ano distribuiu cinzas e ramos: administra o sacramento do matrimônio e do batismo e quando oficia usa uma capa de fazenda vermelha escura.
Campello é também um negro astuto e por demais libidinoso.
Há três anos, quando diretor espiritual dos fanáticos do *Riacho dos Porcos*, teve a genial ideia de haver na irmandade doze apóstolos nascidos de doze virgens e consta que muitos passos foram dados em desempenho desse *desideratum*.
Preso um dia na cadeia de São Benedito, não cessava de rezar, desfiando contas de um rosário, e as pessoas que lhe falavam convidava para fazerem parte da irmandade, convite que, segundo dizem, fez até ao Dr. Juiz de direito da comarca.
É pregador da irmandade e Maria Silvina, sua amásia, faz predições.
Depois de frei Pedro, a figura mais respeitada da irmandade é uma moça a quem os fanáticos chamam Santa Virgem.
Esta sonha à noite o que deve fazer no dia seguinte.
Há pouco tempo, um pobre homem, morador das imediações de Cachoeira, possuía de bens semoventes uma junta de bois, que muito auxiliava em seu árduo trabalho.
Sonhou então a Santa Virgem que era vendido um desses animais e o produto aplicado em benefício da irmandade.
O boi foi vendido sem demora e ao dinheiro dado o conveniente destino.
Um outro pobre criador possuía três vacas.
Num belo dia chegou à sua casa, por parte da Santa Virgem, um emissário, dizendo-lhe que ela precisava de uma vaca gorda para dar comida a seu povo. E efetivamente foi a melhor delas.
Passando o caso, disse a mulher para o marido: homem, antes que a Santa Virgem lembre-se de mandar buscar as outras duas vacas, vamos comê-las. E assim fizeram.

> A **Irmandade da Cruz do Cachoeira** é formada por fanáticos do **Riacho dos Porcos, termo de Sobral, da Meruoca e dizem também que por alguns dos Canudos**.
> Reconhecem eles a autoridade do padre Cícero e de mais ninguém[19].

Queira o leitor desculpar a extensão da citação. As pistas trazidas por essa publicação são, sob muitos aspectos, valiosas. Elas indicam que parece pouco crível que tenha existido, nas palavras de Antônio Thomaz Neto (2007, p. 28), "uma distância abissal" entre a Irmandade da Cruz do Cachoeira e a Irmandade da Cruz supostamente fundada em Massapê. Se compararmos a nota do jornal com a citação do Barão de Studart, teremos fortes indícios de que a Irmandade da Cruz por ele mencionada não foi fundada em Massapê.

A primeira pista é a menção ao "célebre fanático" Campello como pertencente à Irmandade da Cruz do Cachoeira. A segunda é a referência à prisão de Campello na cadeia de São Benedito. Embora a publicação não mencione quem efetuou a prisão, o que facilitaria a identificação, comparando os dois relatos é possível deduzir que se trata da mesma pessoa. Barão de Studart se refere a Campello como "célebre cangaceiro", enquanto a matéria do jornal classifica-o como "célebre fanático". Considerando o tempo, os dois escritos fazem referência à prisão de um nome muito popular, justamente Campello, no mesmo período. Barão de Studart diz que quem efetuou a prisão foi o tenente Érico Carapeba. É provável que Érico Carapeba seja descendente de outro Carapeba muito famoso em São Benedito, Antônio Carapeba, a quem Antônio Bezerra atribuiu a façanha de ter, a partir de 1840, estabelecido a ordem no ambiente então hostil daquela cidade (CF. MENEZES, 1899, p. 131).

O nome Irmandade da Cruz do Cachoeira indica que a confraria é procedente de São Benedito. A matéria diz que os membros da Irmandade procedem, além de São Benedito, de Sobral, de Meruoca e até de Canudos[20]. O

19 *A República*. Curitiba, 05 de dezembro de 1903, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=%22irmandade %20da%20cruz%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=15106. Acesso em: 22 de maio de 2022.

20 Não é difícil estabelecer a conexão entre as confrarias surgidas no Norte do Estado, mais precisamente na serra da Ibiapaba e em Sobral, e as peregrinações de Antônio Conselheiro. A breve estadia de Antônio Conselheiro em Sobral é atestada na trigésima primeira edição do jornal cearense *A república*, em 09 de fevereiro de 1897, num breve resumo que também relata sua passagem pela serra. Vale conferir a reportagem do jornal mencionado. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib =801399&pesq=%22Ant%C3%B4nio%20Vicent20Mendes%20Maciel%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4901. Acesso em 27 de junho de 2022. O próprio Euclides da Cunha, célebre autor de *Os sertões*, também menciona a breve estadia do Conselheiro em Sobral e na região da serra da Ibiapaba: "Em 1859, mudando-se para Sobral, emprega-se como caixeiro. Demora-se, porém, pouco ali.

nome do município de Massapê, na época ainda com a denominação de vila, não aparece em nenhuma ocasião na citação.

Pode ter surgido uma Irmandade da Cruz na vila de Massapê? Nada impede. Considerando a precariedade das informações apresentadas por Antônio Thomaz Neto, é prudente deixar a questão em suspenso. O certo é que a Irmandade da Cruz se insere no rol dos movimentos de expressão messiânica que surgiram aos montes na passagem do século XIX para o século XX. Certamente foi influenciada por Antônio Conselheiro, que esteve presente em várias cidades do interior do estado nesse período. Apresentamos a evidência da presença da fraternidade em Sobral e em São Benedito. Não podemos dizer com segurança, confiando apenas no relato de Antônio Thomaz Neto, que ela esteve por algum tempo fixada em Massapê. O episódio da prisão dos membros da Irmandade da Cruz em Massapê indica por certo, apenas, que eles estiveram de passagem pela cidade.

Observando o contexto de fome e de morte e considerando que o início da construção do açude Acaraú-Mirim trouxe para as imediações uma multidão de trabalhadores e de famintos, é provável que os membros da Irmandade da Cruz do Cachoeira estivessem por aqui profetizando o fim dos tempos e pregando conversão. É provável também que eles tenham contribuído, em troca de comida, para a construção do açude Acaraú-Mirim.

Mas onde entra Damião nessa história? Se membros importantes da Irmandade da Cruz do Cachoeira procedem de Meruoca, é atribuída ao próprio líder da confraria essa procedência, há indícios de que, contrariando Antônio Thomaz Neto, talvez seja mais fácil situar a existência da Irmandade da Cruz, não nas proximidades do açude Acaraú-Mirim, mas nas imediações de Meruoca; talvez na fronteira entre Massapê e Meruoca. Temos algumas pistas em favor desta tese, provavelmente tão hipotéticas quanto as de Antônio Thomaz Neto, mas não tão pretenciosas quanto as do autor, que serão apresentadas no capítulo seguinte.

Segue para Campo Grande, onde desempenha as funções modestas de escrivão do Juiz de Paz. Daí, sem grande demora, se desloca para Ipu" (CUNHA, 1967, p. 105).

Capítulo 4

Sobre (São) Damião: mito, tradição e oralidade

Pesquisando sobre a história de Damião, algumas pistas nos levaram às imediações do povoado de Cocochini, no limite entre Massapê e Meruoca. Além da proximidade geográfica entre os municípios, a história oficial registra, na mesma fronteira, o conflito entre os Tapuias, liderados por Cocochini, e os invasores portugueses, em 1713.

Claro, praticamente dois séculos separam o conflito entre os Tapuias e os invasores europeus e o provável surgimento de Damião. Deve-se considerar, porém, que o conflito, sabidamente ocorrido em 1713, não se encerrou nessa data. Os descendentes do herói indígena provavelmente continuaram ocupando as imediações do que hoje é o povoado de Cocochini, grafado nesses termos, na escrita de Osvaldo de Aguiar, ou *Coquechinim*, no dizer dos atuais moradores.

Não é difícil localizar os traços de origens indígena e africana, ou mesmo dos invasores europeus, na região da serra da Meruoca. Nas proximidades do povoado de Cocochini ainda é possível coletar alguns relatos transmitidos por tradições familiares da redondeza dando conta da existência de um ascendente próximo deles, normalmente bisavô ou bisavó, que foi pego “a dente de cachorro”.

A expressão preconceituosa, transmitida até por aqueles que alegam descendência indígena, pode significar tanto simplesmente ancestralidade indígena, como uma expressão depreciativa para se referir às origens “selvagens”, “animalescas”, dos nativos. No relato que coletamos, a expressão não pareceu adquirir nenhuma semântica depreciativa. Em todo caso, achamos conveniente não indicar a autoria da expressão.

Coletamos o relato acima do qual é possível extrair, a contragosto dos poderosos, um indício importante, ainda que muito frágil, da existência de um misterioso Damião em solo massapeense. Na fronteira entre Meruoca e Massapê, além do povoado de Coquechinim, vizinho à Casa Forte, há um lugar talvez dedicado a ele, homônimo, inclusive: São Damião.

O curioso é que no povoado de São Damião a devoção ao santo e mártir não comparece nas crenças populares da localidade. Como saber de onde teria, então, partido a ideia de homenageá-lo? Da devoção do povo aos mártires Cosme e Damião ou em memória do beato Damião, este que procuramos?

Nas imediações de Coquechinim, a curiosa devoção a São Damião parece ter vindo de lugar nenhum, nem dos poderosos nem do povo. A homenagem não veio do padroeiro da primeira capela erguida na localidade, como ocorria frequentemente nos distritos do município; é o caso de Remédios, hoje Tuína, e São Luiz, hoje Padre Linhares. O padroeiro de São Damião é São Francisco das Chagas. E a veneração do povo a ele indica que a escolha do padroeiro fora feita pelo próprio povo, e não por algum ilustre. Fosse São Damião o padroeiro da capela, talvez o nome viesse acompanhado, como em geral acontece, do nome de seu irmão gêmeo, também médico e mártir, Cosme.

Contam os antigos moradores do lugar que a denominação se deve ao fato de o primeiro morador ter localizado numa pedra, onde hoje é talvez o centro do povoado, uma imagem atribuída ao mártir, não se sabe ao certo se acompanhado ou não do seu irmão gêmeo. Sabe-se menos ainda como fizeram para identificar justamente Damião na imagem encontrada.

A homenagem a São Damião, desacompanhado do irmão e ausente na própria crença do povo, indica a possibilidade de a aura de santo ter sido atribuída a outro mártir. Estaria aí presente, já como aparição fantasmagórica, o misterioso beato Damião? Os historiadores de Meruoca talvez estejam mais próximos de encontrá-lo se for esse o caso.

Maria Verônica Quirino[21], residente justamente no povoado de São Damião, mesmo que hesitantemente, atribui o nome do lugar às andanças de um religioso, alguns dizem ser jesuíta, na região. Sendo esse o caso, é mais seguro crer que, rivalizando com a presença dos indígenas Tapuias na mesma localidade, Damião poderia ter sido um dos componentes da segunda expedição, responsável pelo aldeamento dos indígenas na região da serra da Meruoca, ou mesmo ter habitado a mesma região na época da construção da Igreja Matriz da cidade. Em todo caso, não encontramos nenhuma referência histórica que sustentasse nossas hipóteses. É, neste sentido, prudente evitar qualquer consideração definitiva sobre o assunto.

Nós, que buscamos resgatar nomes de figuras não ilustres de suas aparições fantasmagóricas na narrativa dos vencedores, lamentamos, por fidelidade à história, não poder exagerar no relato sobre Damião. Até o presente momento, o que podemos dizer é que não se sabe ao certo de onde teria vindo esse personagem, sequer se teria mesmo existido.

21 Entrevista realizada pelo autor em 16 de julho de 2022, no povoado de São Damião. Massapê-CE.

Retornando a discussão anterior, o que sabemos por certo é que alguns membros da Irmandade da Cruz do Cachoeira foram presos em Massapê. Sabemos também que alguns deles vieram de Meruoca. Sabemos ainda que, tenha ou não existido um tal Damião, na passagem do século XIX para o século XX, o povo precisava desesperadamente de um, ou melhor, de muitos dele.

Antes de encerrarmos nossa exposição sobre o caso Damião, a título de conclusão e para não despedir o leitor apenas com lacunas, indicaremos o principal vestígio de que a fraternidade que Antônio Thomaz Neto diz ter surgido em Massapê tem outras origens e que, se não Damião, é certo que esteve presente na cidade, nas encostas da serra, um grupo sertanejos que, fugindo da fome e da miséria, se insurgiram contra os poderosos da época.

Indicamos algumas vezes, desde a menção de Studart a recortes de jornais da época, a referência ao "celebre fanático Campello". Seguramente, este personagem é a principal pista que dispomos para atestar a existência histórica da Irmandade da Cruz. A *Revista do Instituto do Ceará*, edição de 1915[22], apresenta, num texto de Eusebio de Souza, provas contundentes do que temos até agora defendido. Trata-se da referência a um processo instalado justamente contra a Irmandade da Cruz, ou *Legio Crucis*, em Ipu, em 1899. Nele o autor detalha partes importantes do processo movido contra a fraternidade, as origens da Irmandade, seus principais líderes e sua motivação. Destaca também o vínculo entre a Irmandade da Cruz, Conselheiro e o próprio padre Cícero[23].

Os denunciados no processo são justamente *Antônio Clarindo Campello Veado* e Antônio Martins Brandão, residentes em Angelim (CF. SOUZA, 1915, p. 219), localidade pertencente ao então distrito ipuense de Varjota. É provável que os célebres cangaceiros referidos por Studart, Campello, Veado, Furtado e Felippe, fossem, na verdade, três, dentre eles o famoso Antônio Clarindo Campello Veado.

Segundo Souza (1915, p. 316), "a *Legio Crucis* foi instalada no povoado de Varjota, do município de Ipu, no dia 12 de setembro de 1897, como prolongamento de sua co-irmã existente no lugar Riacho dos Guimarães, do município de Sobral". No mesmo Riacho dos Guimarães, a edição 98 do jornal cearense *A República*, de 1897, faz referência a mais um dos integrantes mencionados por Barão de Studart, que foi preso em Massapê, em 1902, Furtado: "no in-

22 Cf. https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1915/1915AVidadaLeg iaoCrucispeloDrEusebiodeSouza.pdf. Aceso em: 05 de julho de 2022.

23 Sabemos do próprio Euclides da Cunha da estadia de Conselheiro em Sobral (CF. CUNHA, 1967, p. 105). O mesmo autor menciona a colaboração de padre Cícero ao grupo de Canudos: "Em Juazeiro, no Ceará, um heresiarca sinistro, o padre Cícero, conglobava multidões de novos cismáticos em prol do Conselheiro" (CUNHA, 1967, p. 218).

significante e antiquíssimo Riacho dos Guimarães, distantes léguas da cidade de Sobral, se acha um aventureiro de nome Raymundo de Moraes Furtado, criminoso evadido da cadeia de Campo-Grande[24]".

A prisão de um indivíduo conhecido apenas como Furtado já havia sido mencionada pelo Barão de Studart, e o artigo de Eusebio de Souza vincula a Irmandade da Cruz a Sobral, justamente presente no Riacho dos Guimarães, e Ipu. Tudo leva a crer que Raymundo de Morais Furtado, citado no jornal acima, era o mesmo Furtado mencionado pelo Barão de Studart.

Em suma, principalmente após a destruição de Canudos, é certo que, por todo o Estado, estiveram remanescentes do grupo de Conselheiro, antes e depois do fim de Canudos. Constituíram um grande embaraço para as autoridades políticas e religiosas da época. Ocasionalmente, por receio da insurgência de um novo Conselheiro, como assim denominavam o beato José Lourenço, em Juazeiro, as autoridades toleravam esses movimentos, mas outras vezes os reprimiam.

O próximo capítulo dará conta de explicar o contexto em que supostamente surgira um tal Damião, mártir do povo. Por fidelidade aos vencidos, abriremos mão de falar da existência de um herói, especificamente, pois, assim como Canudos não se explica exclusivamente em Conselheiro – ao menos em Canudos temos a vantagem de atestar historicamente a existência do Conselheiro –, a Irmandade da Cruz não se esgota em Damião, nem depende dele para que tenha existido: o contexto de miséria no início do século passado criou uma multidão anônima de Damiões e de fraternidades, como veremos.

24 A República. Fortaleza, 01 de maio de 1897, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&Pesq=%22Ant%c3%b4nio%20Conselheiro%22&pagfis=5128. Acesso em: 06 de julho de 2022.

Capítulo 5

Sobre a estrada de ferro e a construção do açude Acaraú-Mirim: em memória dos "Damiões"

Um capítulo fundamental sobre a história do município, sem dúvida o evento que contribuiu mais significativamente com a emancipação política de Massapê, foi a construção da estrada de ferro. O ramal Sobral-Camocim, no trecho entre Massapê e Sobral, foi inaugurado em 31 de dezembro de 1881[25]. Aos poucos, os primeiros núcleos populacionais foram se formando nas imediações da estação, definindo o perfil do espaço urbano municipal.

Ainda hoje, no traçado que a antiga ferrovia percorria, é possível perceber algumas marcas desse período, nomeadamente, a fronteira social erguida entre os que estão "do lado de cá" da estação, os estabelecidos, os moradores do centro, e os que estão "do outro lado", os *outsiders*, nas periferias, nos bairros Bandeira Branca e Nossa Senhora de Fátima, nas margens e do outro lado do rio.

Fenômeno equivalente aconteceu em Sobral. Herbert Rocha (2003, p. 20) justifica essa semelhança ao afirmar que "era pejorativo dizer que alguém morava 'depois da linha', do 'outro lado do rio', isto é, à margem direita". Segundo o autor, essas fronteiras geográfica, política, econômica e os preconceitos decorrentes delas não surgiram ocasionalmente, nem em Massapê, nem em Sobral: ambos os municípios foram projetados com esse muro simbólico. Diz ele: "por ocasião da implantação da Estrada de Ferro do Sobral foram elaboradas plantas das cidades de Sobral, Massapê, Granja e Camocim em uma só prancha, que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro" (ROCHA, 2003, p. 115).

A construção da ferrovia, além de socorrer os miseráveis das frequentes secas do Ceará, a mais calamitosa delas a de 1877, que constitui o plano de fundo do romance *Luzia-Homem*, do sobralense Domingos Olímpio, socorreu,

25 *O Cearense*. Fortaleza, 12 de abril de 1882, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22Massap%C3%AA%22&pagfis=13529. Acesso em: 11 de julho de 2022.

mais ainda, os poderosos da época, posto que a mesma elite que se estabeleceu no município a partir da construção da ferrovia conserva o domínio sobre a política local, domínio simbolizado geograficamente na casta de moradores que vivem, ainda hoje, no centro.

A presença da estrada de ferro em si já representa uma demonstração de poder econômico e influência política. Consta, no termo de criação da estrada[26], que o trajeto Sobral-Camocim passaria por Angicos, Pitombeiras e Massapê, mas não se sabe ao certo se o desvio de rota, que, ao invés de contornar o sopé da serra da Ibiapaba, passou por Sobral, teria sido feito também em benefício da pequena elite massapeense ou se o município já constava no projeto inicial. Vale dizer que, além da censura de Antônio Bezerra (1899, p 46), "aquilo significa para mim a última palavra da vaidade humana", o próprio engenheiro da Estrada de Ferro de Sobral, Luiz da Rocha Dias, encaminhou ao presidente da província, Pedro Leão Velloso, parecer contrário à construção do trajeto:

> Como já disse o algodão produz bem desde os limites centrais da província; mas para o seu transporte de Granja e de Sobral ao porto de embarque, de certo que não havia necessidade de uma estrada de ferro. Da primeira cidade ao Camocim os transporte faziam-se, e continuarão a ser feitos em grande parte, pelo rio em canoas e lanchas de Sobral ao Acaraú; serão os gêneros transportados em carros puxados por bois, e, apesar da morosidade, este meio de transporte ia servindo sem grande dificuldade. Seria, porém, a intenção do governo imperial construir esta estrada fazendo ponto terminal em Sobral? Certamente que não. Importaria isso em grande prejuízo aos interesses do Estado, e a província pouco lucraria com os sacrifícios feitos em favor dela. (SHIMMELPFENG, apud ROCHA, 2003, p. 120).

Fruto do mero capricho de poderosos em sacrifício dos cofres públicos ou do espírito visionário dos que vislumbravam a vocação econômica de Sobral, o certo é que a elite massapeense também foi beneficiada com a obra. Ao mesmo tempo em que facilitou em grande medida o transporte de mercadorias, encurtando a distância entre o litoral de Camocim e Fortaleza, e socorreu os pobres, o mesmo traçado distanciou ainda mais os homens do povo, os *outsiders*, da pequena elite de estabelecidos que se formava no município.

26 *O Cearense*. Fortaleza, 04 de agosto de 1886, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=%22Massap%C3%AA%22&pasta=ano%20188&pagfis=18181. Acesso em 11 de julho de 2022.

A esse respeito, Lustosa da Costa é resoluto: a ferrovia não veio em socorro dos pobres. Políticos influentes de Sobral aproveitaram a seca de 1877 em benefício próprio. Diz ele:

> Em 1881, Sobral elege logo dois senadores: Vicente Alves de Paula Pessoa, filho do falecido senador Paula e João Ernesto Viriato de Medeiros. É tão forte politicamente que aproveita a seca de 1877 para conseguir a construção da estrada de ferro que ligará diretamente ao porto de Camocim, em meio à violenta campanha (COSTA, 1987, p. 91).

A dominação simbólica que a proximidade da estação exala comparece já numa descrição do tom solene com que algumas moças do município aguardavam, às 11 da manhã de um dia qualquer de 1882, por pura complacência, o trem na estação de Massapê, que chegaria religiosamente às 11h45min. Um folhetim desse ano ilustra a postura litúrgica que essas anônimas assumiam na estação de trem. Essa postura é esboçada numa crônica risível e interessante. Um viajante sobralense, também anônimo, autor do folhetim, assim narra o evento:

> É uma coisa original isto, é mesmo um costume interessantíssimo. Enquanto não parte o trem, a estação está sempre cheia de movimento e dão-se aí cenas interessantes.
> Na plataforma do trem, está uma senhora gorda, de pé.
> — Andem, meninas, diz ela.
> E as moças todas vão e sentam-se lá dentro, a olharem pelas portinholas meio abertas.
> Passa um rapaz de paletó de casimira cinzenta e vai cumprimentá-las, do lado de fora, encostado à portinhola. Depois de conversarem algum tempo sobre coisas insignificantes e fúteis, eu ouvi que a moça lhe perguntava:
> — Sabe quem é aquele sujeito magro, vestido de pardo, que ali está defronte?
> O tal olhou-me.
> — Não sei, disse, mas é um sujeito esquisito, e que tem as calças enlameadas até o cós...
> — Parece maluco, acrescentou a moça.
> A coisa era comigo, não havia que ver, pois só eu tinha lama nas calças.
> — Passar por doido e por causa de umas calças!... disse eu comigo, afastando-me. Malditas calças!

> Fui para a sala do telégrafo, onde o telegrafista, um conhecido meu, deu-me explicações sobre o aparelho telegráfico, e convenceu-me que eu não estava com cara de doido. [...][27].

O mesmo folhetim apresenta uma informação relevante sobre as habitações do município na época da instalação da ferrovia: "Massapê é uma aldeota, e suas melhores casas estão em construção. A mor parte de suas casas são baixas e muitas de palha, como aquela a que dão o título pomposo de hotel"[28].

Deixando de lado a construção da ferrovia e a polêmica envolvendo a edificação, parece evidente que o objetivo da construção não era resolver o problema sempre presente das secas periódicas no Estado. Os socorros, com a alusiva sugestão do nome, tencionavam, antes, socorrer os famintos, flagelados da seca, de modo algum resolver definitivamente o problema. Periodicamente o inconveniente retornava, às vezes com a ameaça de insurgência contra os poderosos. Uma dessas ocasiões fez surgir Conselheiro, profeta e porta-voz dos desfavorecidos. Massapê, como veremos abaixo, também revelou seus insurgentes.

Não se pode negligenciar o fato bastante significativo das andanças de Antônio Conselheiro pela serra da Ibiapaba e mesmo por nossa vizinha Sobral, no Riacho dos Guimarães, hoje Groaíras, e sua influência sobre as fraternidades de expressão messiânica no Estado e no município. A Irmandade da Cruz, como apresentamos no capítulo anterior, constitui um caso exemplar. Retornaremos novamente a ela, de outra maneira, descrevendo o ambiente que, sem dúvida, era bastante propício ao surgimento desses movimentos.

Enquanto o trajeto da construção da estrada de ferro e outras obras emergenciais empregavam uma multidão de famintos em troca de alguns mantimentos, suprindo as necessidades emergenciais do povo, as agitações eram sufocadas, impedindo o surgimento de grandes dissidências. A preocupação dos governantes em sufocar essas agitações era evidenciada nos grandes investimentos em obras emergenciais desse período. Segundo Herbert Rocha,

---

27 *Gazeta de Sobral*. Sobral, 06 de março de 1882, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714380&pesq=%22Massap%C3%AA%22&pasta=ano%20188&pagfis=152. Acesso em: 11 de julho de 2022.

28 *Gazeta de Sobral*. Sobral, 06 de março de 1882, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=714380&pesq=%22Massap%C3%AA%22&pasta=ano%20188&pagfis=152. Acesso em: 11 de julho de 2022. Osvaldo de Aguiar acrescenta que "a primeira casa residencial de tijolo e telha propriamente dita construiu-a, em Massapê, no fim de 1881, o major Francisco Olegário Carneiro, morador no sítio Canafístula e que se mudara para a fazenda de Dona Úrsula" (AGUIAR, 1959, p. 16).

> Os investimentos em obras emergenciais resultaram em 73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 48 cadeias, 19 pontes, 14 mercados, 7 quartéis, 3 asilos, além de estradas, calçamentos, e na aceleração dos trabalhos da ferrovia que liga Fortaleza a Baturité e o início da estrada de ferro de Sobral a partir de Camocim, cujo trecho foi inaugurado em 1882 (ROCHA, 2003, p. 11).

Nos intervalos entre um socorro e outro, o povo sobrevivia, a duras penas, na indigência. Quando não mais era possível resistir à miséria apenas conservando a esperança de dias melhores e a premência da fome exigia saciedade, surgiam, do misto entre esperança futura e fome presente, movimentos de expressão messiânica. Se pelo que apresentamos nos capítulos anteriores não é possível atribuir o surgimento da Irmandade da Cruz ao recorte geográfico de Massapê, e embora a aura de misticismo e lenda que envolve a figura de Damião povoe sua biografia de incertezas, é certo que na passagem do século XIX para o século XX muitos "Damiões" anônimos resistiram bravamente contra os poderosos do município.

Não se sabe ao certo se foi um desses "Damiões", falando em interesse do povo, ou algum porta-voz das oligarquias locais, opositor ao governo vigente, que subscreveu um comovente apelo ao jornal sobralense *A cidade*, na edição de 10 de novembro de 1900, protestando contra a miséria do povo. Caracteristicamente, como Conselheiro, o remetente lamenta a falta de assistência do "governo do povo", em contraponto aos socorros oferecidos pelo governo imperial.

> Outrora quando atacados por inclemências climatéricas, éramos socorridos às mãos cheias, e hoje que somos regidos pelo governo do povo pelo povo e por uma constituição inspirada na sabedoria moderna, arrastamos a penúria mais degradante que se pode experimentar, povos infelizes! [...] Já estamos em 8 de outubro, e o governo, supondo-nos semelhantes as serpentes "que não tem morte natural" ainda não nos mandou uma migalha sequer[29].

Sem a assistência do Estado, um dia após a publicação do relato acima no jornal *A cidade*, em 11 de novembro de 1900, o povo se amotinou na estação de Massapê a fim de saquear o trem que procedia de Camocim. A respeito desse fato, testemunha abundantemente o jornal acima citado. O saqueio só não ocorreu porque o chefe da estação foi avisado a tempo, conforme é noticiado abaixo.

29 A Cidade. Sobral, 10 de novembro de 1900, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=%22Massap%C3%AA%22&pasta=ano%20189&pagfis=510 . Acesso em: 12 de julho de 2022.

> A fome recrudescia por toda parte: na estação de Massapê, da ferrovia de Sobral, cerca de dois mil famintos, reunidos na plataforma e circunvizinhanças da estação, aguardavam a passagem do trem procedente de Camocim, carregado de víveres, para o assaltarem, quando por ali passasse. O chefe do trem, avisado a tempo, não parou na estação, evitando, desse modo, o assalto planejado[30].

Ao mesmo tempo em que apresenta hesitantemente o espetáculo dantesco, porque "não se descreve com a palavra que o desespero embarga na garganta, que a desolação empalidece no brilho das tintas e que a morte cala de uma vez"[31], a edição não censura a atitude do povo; antes, incrimina a negligência do governo. Com o sugestivo título À *fome ou à bala*, a situação é assim descrita:

> O sorriso d'alma esmaece numa crispação de lábios e desperta-se a animalidade, num furor bestial de ódio e carniça.
> O homem cede lugar à besta no anfiteatro das dores cearenses [...]
> O instinto de conservação acorda em fúria para o ataque à propriedade e à vida.
> Ontem era o assalto nos caminhos, aos viandantes incautos, aqui, ali, acolá; hoje é a massa de famintos que a fome arma à beira dos trilhos da via férrea, para atacar o comboio e roubar a carga, dispostos os infelizes a morrer ou matar [...].
> Não acusaremos os infelizes que no massapê trasanteontem, se reuniram para atacar o comboio da estrada de ferro de Sobral. [...]
> O caso de Massapê não há de ficar isolado e não tarda muito que o governo mande a tropa descarregar sobre o povo.
> Isso seria mais humano que abandoná-lo a morrer a fome, entregue a sua própria desgraça.
> As balas das tropas federais sejam em breve o símbolo último da caridade do Sr. Campos Salles.
> Estejamos contritos a morrer à fome ou à bala[32].

O município enfrentou, já na primeira década de emancipação, uma série de contrariedades. É curioso notar que a ameaça de saqueio do trem aconteceu

30 *Mensagens do governador do Ceará para a assembleia*, 1901, p. 42. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=872830&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=1148. Acesso em: 13 de julho de 2022.

31 *A Cidade*. Sobral, 14 de novembro de 1900, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=511. Acesso em: 13 de julho de 2022.

32 A Cidade. Sobral, 14 de novembro de 1900, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&Pesq=%22Massap% c3%aa%22&pagfis=511.

numa data muito próxima à prisão dos membros da Irmandade da Cruz do Cachoeira em Massapê. Embora não tenhamos sido capazes de localizar o misterioso Damião, herói das fabulações de Antônio Thomaz Neto, podemos dizer seguramente que uma multidão de anônimos, de "Damiões", andou próxima de situar o município de Massapê nos livros de história do Ceará, caracterizando-o como um lugar de gente corajosa e resistente.

Se o saqueio tivesse se efetivado, entre Antônio Conselheiro e beato José Lourenço, provavelmente estaria também presente um Damião, não necessariamente com esse nome – que no relato de Antônio Thomaz Neto não passa de uma fabulação, considerando a precariedade de informações fornecidas pelo autor –, nem com a envergadura de Antônio Conselheiro e beato José Lourenço, mas com semelhante perfil.

Imediatamente após a tentativa de saqueio do trem, o governo pôs adiante a obra de construção do açude Acaraú-Mirim, impedindo a eclosão de um Caldeirão de Santa Cruz ou de uma nova Canudos em Massapê. Os jornais da época apresentam uma disputa entre os simpatizantes das oligarquias Saboya e Acioly sobre quem caberia o mérito da construção do açude. Mesmo nessa disputa, os que tomam partido em favor de uma ou outra oligarquia, admitem, implicitamente, a tentativa de saqueio como motivação principal:

> Devido a tentativa de ataque pelos famintos em Massapê aos trens de víveres destinados a esta cidade, todos devem lembrar-se foram dirigidos pelo comércio daqui diversos telegramas para Fortaleza e Rio aos Exmos. Snrs. Drs. Presidente do Estado e da República, Ministro da Viação, senadores federais, Centro Cearense e a Imprensa [33].

Por certo, foi em socorro do povo – e, mais ainda, dos poderosos – que uma das maiores obras hídricas do Estado, na época, a construção do açude Acaraú-Mirim, foi possível. Como acontece em outras ocasiões, nem os jornais da época nem a história oficial mencionam se os que se amotinaram na estação de Massapê na tentativa de saqueio do trem foram perseguidos, presos ou exterminados. Poderia haver aí mais um rastro do misterioso Damião, suprimido pela história oficial.

33 *A Cidade*. Sobral, 29 de maio de 1901, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=699. Acesso em: 13 de julho de 2022.

Por conhecermos o herói apenas nas fabulações povoadas de imprecisões históricas de Antônio Thomaz Neto, preferimos prestar homenagem ao Damião personificado na resistência do próprio povo.

Um capítulo fundamental sobre a história dos vencidos deve largas homenagens a cada um dos "Damiões", a multidão de famintos que constrangeu o Estado a lembrar-se deles e que tornou possível a construção do açude Acaraú-Mirim. Dedicamos este capítulo a todos os "Damiões" que foram silenciados pela história oficial

Capítulo 6

De 1906 a 1908: Chica Pinote e o caso Marajó

Além do "caso Damião", outro grande mistério aproxima as biografias de dois personagens, ambos, provavelmente, de origem indígena: Chica Pinote e Manoel Marajó – este último, certamente. Chica Pinote constitui uma daquelas aparições fantasmagóricas presentes no relato de Osvaldo de Aguiar. Como o autor pouco se detém na explicação, limitando-se a dizer que o povo ergueu uma estátua em homenagem a ela na Praça de São Francisco, em 1930, monumento presente ainda hoje, no mesmo lugar, e como a história positivista não lhe faz menção, só poderíamos recorrer ao testemunho oral. Ainda assim, a distância temporal dificulta até mesmo o resgate desse relato histórico.

Colocamos Chica Pinote ao lado de Manoel Marajó por suspeitarmos das semelhanças entre as biografias. Mas, a respeito de Chica Pinote, pouco ou nada conseguimos acrescentar ao que se pode extrair dos relatos de Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar, a não ser a interpretação do que se coloca como plano de fundo, nas entrelinhas, do relato de ambos.

Sabemos, pelos escritos de Osvaldo de Aguiar, que Chica Pinote era uma "mulher do povo", que andava em casa e nas ruas e que "um tarado moral a seduziu". Sabemos, além disso, que o povo, em desagravo à afronta, ergueu-lhe uma estátua na Praça de São Francisco. Sabemos também que a alcunha não faz jus a sua personalidade, uma vez que a "Chica *'Pinote'* nunca pinoteou na vida. Andava em casa e na rua, serena e discretamente" (AGUIAR, 1969, p. 93).

Seja pinotear encolerizar-se, esbravejar, andar a pinotes num animal arredio ou correr "pinotando", segundo Osvaldo de Aguiar, nessas acepções não há nenhum vínculo entre o apelido e a personalidade de Chica Pinote. Mais que isso não arriscamos dizer, porque não encontramos suporte nem nos documentos históricos, nem nos relatos orais. O "tarado moral" mencionado por Osvaldo de Aguiar permanece desconhecido e não sabemos a procedência do escultor

da imagem de Chica Pinote, a quem Osvaldo de Aguiar atribuiu ser obra de Francisco Lopes, em 1930, embora talvez ainda seja possível localizar sua descendência no município.

Manoel Marajó, por outro lado, é mencionado inúmeras vezes nos muitos jornais da época. A este sim caberia o epíteto de Pinote, por andar "pinotando" de casa em casa, sempre que açoitado por seu "padrinho", pelas mãos de quem veio do Amazonas para Massapê. A "ruidosa questão de foro", isto é, a disputa pela tutela de Marajó, segundo Aguiar, por capricho dos contentores, possui muitos testemunhos documentais.

Marajó, segundo Osvaldo de Aguiar, foi o "primeiro índio legítimo" que habitou estas terras. Afora a brutal imprecisão histórica, se confiarmos na boa-fé do escritor, a expressão indica que a miscigenação havia abolido por completo as identidades indígenas no município, já em 1906. Supondo que Osvaldo de Aguiar estivesse comprometido com a narrativa dos seus parentes ilustres, brancos, é preciso corrigir esse erro em respeito a Cocochini, que ele mesmo menciona, e a tantos outros ancestrais indígenas que habitaram o que posteriormente seria o município de Massapê.

O caso Marajó revela traços importantes do apagamento da cultura dos vencidos. A esse respeito, há alguma semelhança entre a discreta aparição de Chica Pinote e a "ruidosa questão de foro" que provocou o caso Marajó, em consideração da qual devemos resgatar esses nomes do sistemático esquecimento nas páginas da história oficial. Vamos ao caso.

O jornal sobralense *A Pátria*, na edição de 29 de março de 1911, em crônica editada por Tobias Coelho, pinta com vivas cores a cena do açoite sofrido por Manoel Marajó pelo genro do coronel Antônio Augusto de Meneses, Virgílio Pereira de Vasconcelos, a mando do próprio coronel Meneses, segundo o inquérito posteriormente instaurado contra os algozes de Marajó[34]. A publicação não economiza ornamentos nem nas críticas nem nas tramas da oratória. Diz Coelho:

> A sociedade sobralense despertou um dia sob o peso da dor de um crime nefando, praticado, nas suas imediações; crimes destes para os quais Dante pediu na sua imortal Divina Comédia o maior dos castigos.
> Uma criança, cambaleando, corpo chagado, qual novo Jesus, na rua da amargura, quase exangue, verdadeira figura dantesca, vem protegida, pela escuridão da noite e pelo braço vingador da Providência, bater a porta da casa de uma alma caridosa, pedin-

34 Pátria. Sobral, 21 de junho de 1911, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=283. Acesso em 01 de agosto de 2022.

> do pão para saciar a fome, que lhe devorava as entranhas, e a proteção das almas fortes.
> Corpo retalhado, pelo azorrague terrível do carrasco infame, que, transformado em novo Torquemada, aplicou em um inocente, filho das selvas do Amazonas, filho desta raça altiva e nobre, que jamais se deixou escravizar, pelos déspotas e tiranos de todos os tempos, um dos mais hediondos suplícios imaginados no século XX. [...]
> Há dias, ali no Massapê, ali bem perto, um monstro com formas humanas, pendurou, num quarto, uma criança de 7 anos de idade e a fustigou cruelmente, com uma cabeçada de cabresto de couro cru.
> A hiena humana só deixou a sua presa depois que a julgou morta, conforme se verifica dos autos de corpo de delito de perguntas feitas a vítima.
> Mas Deus protege aos inocentes e um raio de luz divina penetrou naquele quarto transformado em *Torre do Suplício* e uma força misteriosa conduziu o inocente mártir, através de espessas florestas, a casa de uma filha do escrivão geral de Sobral. [...]
> O que revolta e o que causa verdadeira indignação social é o cinismo com que as hienas humanas querem se apoderar novamente da vítima inocente. [...][35].

A disputa pela tutela do indígena, que, segundo Osvaldo de Aguiar, trouxe mais prejuízos para os contentores do que valeria o próprio Manoel Marajó, transmutado em objeto na disputa, parece indicar que, mais que caprichos de contentores, Marajó foi tão somente o vórtice para catalisar alguma rixa anterior entre os envolvidos. Foi graças a esse capricho, por tornar-se bode expiatório da guerra fria e branca do coronel Meneses com o escrivão geral de Sobral, que Marajó teve seu nome escrito nas páginas da historiografia oficial.

O episódio do açoite do indígena amazonense não se insere na disputa entre invasores europeus e nativos. Tais disputas, no dizer de Carlos Studart Filho (1963), minguaram após os sangrentos conflitos das Guerras Bárbaras. Impossibilitado de combater pelas próprias causas e pelo próprio grupo, coadjuvando a rixa dos ilustres, Marajó comparece nas páginas da história oficial do município como paradoxo sempre presente na narrativa dos vencedores: mais importante que conservar a integridade física de Marajó é o próprio processo movido por uma parte para constranger outra. É o que parece indicar o

35 *Pátria*. Sobral, 29 de março de 1911, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=234. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

comentário da edição de 10 de setembro de 1913 do jornal *A pátria*, ao apontar que a audiência fora muito concorrida pelos políticos dominantes da época[36].

A disputa pela tutela de Marajó, iniciada em 1906, provavelmente teve seu desfecho final em março de 1913, quando o indígena foi devolvido à família, conforme a edição do jornal *A pátria*, de 28 de maio de 1913[37]. Após essa data, não conseguimos localizar nenhum registro do paradeiro de Marajó, fato que reforça nossa percepção de que, se não tivesse sido colocado, forçosamente, entre uma disputa de brancos, Marajó seria apenas um dos muitos descendentes de africanos e indígenas que sofreria no anonimato, como sofreu Chica Pinote, a heroína açoitada pelo destino (CF. AGUIAR, 1969, p. 52), nas palavras de Osvaldo de Aguiar. Diferente de Marajó, não conhecemos o algoz da "mulher do povo", nem a procedência de nossa discreta heroína.

O curioso é que, mesmo não sabendo a procedência de Chica Pinote, dos inúmeros casos de nomes que a narrativa oficial silenciou, o monumento em homenagem a ela, erguido na Praça de São Francisco, é o único que os vencedores concederam em memória dos vencidos.

Não seria Chica Pinote alguém que, tal como Marajó, fugindo dos açoites do destino, ou das mãos do misterioso algoz, andava "pinotando" de casa em casa para escapar dos ultrajes do "tarado moral" que a seduziu? Teria Osvaldo de Aguiar conhecido o algoz de Chica Pinote? Se conheceu, salvou conscientemente seu nome do ultraje, talvez em benefício da parentela desse mesmo "tarado moral" que a molestara.

Haveria alguma semelhança entre Marajó e Chica Pinote, além do fato óbvio de que ambos não pertenciam ao grupo dos ilustres? Teria também ela se interposto entre uma querela de brancos? Seria o monumento em homenagem a Chica Pinote símbolo da vitória de um grupo político sobre outro?

Embora não possamos chegar a nenhuma consideração definitiva, a própria conservação do monumento ainda hoje indica um fato que causa estranheza. Qual o interesse dos ilustres em conservá-lo? Vale lembrar que o outro monu-

36 Pátria. Sobral, 10 de setembro de 1913, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=769. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

37 Pátria. Sobral, 28 de maio de 1913, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=695. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

mento em memória dos vencidos, a imagem de uma indígena presente em frente à Coluna da Hora, sumiu misteriosamente na reforma ocorrida recentemente.

E se Chica Pinote fosse, na verdade, um símbolo em memória de Manoel Marajó? É a única razão que encontramos para justificar a conservação da imagem.

Honestamente, poderíamos fazer mil conjecturas a esse respeito e todas elas ficariam no campo da especulação. Quase nada sabemos sobre o caso. Sabemos apenas o que nos informa Osvaldo de Aguiar. Sabemos, com isso, que tão emblemática quanto a existência do misterioso Damião é a desconhecida biografia de Chica Pinote. Mulher, do povo, não possuindo nenhum ascendente ilustre, alvo de violência sexual. Lamentamos não podermos acrescentar uma linha sequer à biografia de nossa "heroína açoitada pelo destino". Resta esperar que outros consigam.

Parte III

(de 1908 a 1918):

Segunda década de emancipação[38]

A LUCTA

Anemias, em geral,

ILEGIVEL

MANCHADO

38 *A Lucta*. Sobral, 07 de agosto de 1918, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720763&Pesq=%22Massap%c3%20%aa%22&pagfis=518. Acesso em: 27 de dezembro de 2022.

Capítulo 7

Épocas confusas (de 1908 a 1916): o progresso em tempos de fome, morte e miséria

> "Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano". (Walter Benjamin).

Como é fácil notar, até agora nos esforçamos por narrar a história do município de Massapê questionando a narrativa positivista, europeia e ocidentalizada dos historiadores oficiais. Assumimos esta postura porque, seguindo a metáfora de Herbert Rocha, interessa-nos, acima de tudo, olhar atentamente às margens, "do outro lado do rio".

Reconhecendo que tal olhar conseguirá resgatar nomes não ilustres do fatal esquecimento a que estiveram sujeitados, desde sempre, procuramos deliberadamente ignorar o que se passa "do lado de cá do rio", ou seja, a história europeia, oligarca, positivista e ocidentalizada, propalada pelos historiadores oficiais do município. Por outro lado, de inúmeras maneiras, a fronteira simbólica que divisa os vencedores dos vencidos, vez por outra, irrompe de nossa narrativa, constrangendo nosso olhar a percebê-la.

Para contextualizar a segunda década de emancipação do município, iniciamos este capítulo fazendo menção à principal mensagem que a Europa comunicou-nos nos tempos confusos do início do século XX, segunda década de emancipação do município de Massapê: ao contrário do que se esperava, o desenvolvimento da técnica não livrou a humanidade de suas principais mazelas, antes expôs à nudez o "frágil e minúsculo corpo humano" com as experiências destruidoras da Primeira Guerra Mundial.

A citação que abre este capítulo, expressão do filósofo judeu-alemão Walter Benjamin, interpreta o fenômeno do horror que a guerra comunica ao dizer

que não somos capazes de dominar as forças destruidoras da nossa própria técnica. E por que iniciarmos com a referência acima? Porque a história oficial do Ocidente veio até nós, de inúmeras maneiras, afetando nossas experiências cotidianas, e não foi, predominantemente, sob o influxo redentor da técnica, mas com feições semelhantes às da guerra: fome, morte e miséria.

Não foi assim desde o começo, é verdade. Embora o cenário lancinante tenha prevalecido entre 1908 e 1918, a história oficial do município admite, quanto a essa regra, muitas exceções. Enquanto explosões destruidoras abalaram os céus da Europa, Massapê contrapesava festividade e fartura com a escassez da seca de 1915 e demonstrações de selvageria de todas as ordens, em querelas banais promovidas pelas mais diversas motivações. São expressões dessas querelas um incidente ocorrido em Pitombeiras, hoje Senador Sá, em 1910, e o assassinato de Cléa Firmo Aguiar, ocorrido em 1918. Falaremos mais sobre os dois incidentes páginas abaixo. Obedecendo a ordem temporal dos eventos, comecemos em 1908.

O ano de 1908 abre a segunda década de emancipação e inaugura no município um tópico decisivo sobre o triunfo da narrativa dos vencedores. Em 20 de janeiro desse ano, segundo Araújo (2015, p. 236), "chega a Sobral, proveniente de São Paulo em cujo seminário lecionou teologia, o Pe. Dr. José Tupinambá da Frota". No mês seguinte, em 10 de fevereiro, Pe. Tupinambá substituiria seu tio, Mons. Diogo José de Sousa Lima, no cargo de vigário geral de Sobral (ARAÚJO, 2015, p. 236-237). Oito anos depois, o neto de dona Úrsula sagrar-se-ia primeiro bispo da diocese sobralense.

A volta do Pe. Tupinambá da Europa, depois de uma breve estadia em São Paulo, onde lecionou Teologia, garantiu, na narrativa dos ilustres do município, sob o símbolo da redenção messiânica, a vitória da parentela dos Frota[39]. Essa narrativa jamais foi superada completamente. A primeira mensagem que a Europa comunicou à história do município foi a da unidade religiosa: a verdade como patrimônio de uma religião, comunicada por um porta-voz oficial, padre Tupinambá.

39 Embora reconhecendo a dificuldade de indicar o parentesco entre a família Frota proveniente de Santana do Acaraú, cujo representante mais ilustre é dom José Tupinambá da Frota, filho do santanense Manuel Artur, próspero comerciante e presidente da câmara de Sobral, enquanto dom José era vigário geral da cidade, e os Frota que se tornaram elite política em Massapê, nas origens, o próprio dom José e padre Sadoc indicam que suas ascendências remontam a Portugal. Vale lembrar que Coriolano Gomes Frota, embora de origem humilde, também é proveniente de Santana do Acaraú, foi vereador pelo município de Massapê e é pai do ex-prefeito José Nilson Soares Frota e do padre João Batista Soares Frota. Os Frota de Massapê talvez não reconheçam esse parentesco, provavelmente porque desconheçam suas origens mais remotas. Em última análise, associamos o capital político dos Frota de Massapê a essas origens remotas. Por isso computamos a nomeação de dom José como primeiro bispo de Sobral também como vitória política dos Frota de Massapê.

Contudo, ao lado da parentela ilustre dos Frota, por meio de uniões mediante casamentos, parcerias comerciais, acordos políticos ou trocas de favores, muitos outros sobrenomes foram admitidos na galeria dos ilustres. Esses mesmos sobrenomes continuam hegemônicos na política municipal.

Nos três anos seguintes à nomeação do padre Tupinambá, de 1909 a 1911, não localizamos muitas informações relevantes a respeito do município. Ao que tudo indica, nenhum episódio abalou o domínio dos ilustres e tudo deve ter seguido em conformidade com esse estado de coisas. Nas páginas dos jornais da época, apenas um incidente policial no distrito de Pitombeiras, hoje Senador Sá, tumultuou a soalheira do cenário. O incidente chama atenção pela brutalidade da disputa ocorrida. O jornal *O Rebate*, em edição de 19 de fevereiro de 1910, noticia:

> No dia 24 do p. passado, na povoação de Pitombeiras, do termo da cidade de Granja; onde se supõe que por uma casualidade se juntaram Francisco Queiroz d'Oliveira, residente na vila de Massapê, onde era proprietário e criador, e Marçal Paixão, residente negociante na vila de Meruoca, amistaram-se como amigos e contraparentes que eram, e convidaram-se a beberem bebidas alcoólicas, e em estado de embriaguez se disputavam um com ou outro em casa do negociante, taberneiro José Teixeira, parente de Marçal, resultando abrirem luta entre os dois e instantaneamente as mortes, recebendo o primeiro treze facadas na frente, algumas delas atravessando o lado inferior, além das que se notavam no braço esquerdo e mão, e o segundo com treze ferimentos de bala de revólver, que caiu sem sinal de vida e o outro faleceu com dez minutos depois. Consta que Marçal havia antes dado a guardar ao seu parente Teixeira sua arma perfurante e que este havia guardado no interior de sua casa contígua a taberna, e que na ocasião em que os dois se disputavam em ameaças de luta, Teixeira liga-se com Queiroz para tomar-lhe as armas, podendo apoderar-se de uma faca somente, deixando-o com o revólver, enquanto Marçal foi no interior da casa e trouxe a arma (um espadinho) com o qual meteu em luta.
> É de crer-se que Teixeira, como parente de Marçal, protegesse-o cooperando para semelhantes desgraças, pois como aparentado com a parte, estando de posse de sua arma, devia tê-lo proibido de usar a mesma, e pedir-lhe como tal, não lutar com o outro.
> Foram conduzidos ambos para seus domicílios por suas famílias e amigos. Consta que Marçal antecipadamente havia propalado que Queiroz era muito homem em Massapê e ele também era na Meruoca, e que quando se juntassem havia de saber qual o mais homem; que Queiroz foi a Pitombeiras ou além conduzir uma filha adotiva que criava e que havia seguido a passeio para ali no dia 22, e que Marçal havia ido cobrar uma dívida de um seu

> parente; sendo de suspeitar que esse procurasse o outro para vitimá-lo naquele lugar, depois e o embriagá-lo, e que Queiroz receoso de suas intenções quebrava os copos que Marçal dava-lhe para beber com aguardente, dando-se imediatamente o conflito. No mesmo dia fora encontrado no Riacho Pitombeiras o cadáver de uma rapariga que foi assassinada por facadas por seu raptor, por não querer o assassino conduzi-la a ser depositada em casa de famílias, fazendo vitimá-la a pequena distância do aludido riacho, e conduzi-la a este lugar por ser o mais fácil de enterrá-la. Consta que esta fera está domiciliada em casa de um senhor Miguel Cândido da Costa, em sua fazenda perto do Riachão de Dentro[40].

Acostumado à barbárie contemporânea, o leitor talvez minimize a gravidade do fato. Mas, considerando o contexto da disputa, entre 1909 e 1911, que, ao que tudo indica, era predominantemente pacifista, observando as escassas manchetes sobre conflitos sangrentos nos jornais da época, e os nomes nela envolvidos, não foi um incidente policial qualquer. Osvaldo de Aguiar, hábil observador de tudo o que diz respeito à narrativa dos ilustres, além de fazer menção ao fato, faz questão de indicar suas proporções.

> Homem intrépido e afeito ao manejo do gatilho nas disputas acreanas, Queirós, a 24-1-1910, no antigo distrito de Pitombeiras, empenhou-se, com Marçal Paixão, numa luta brusca e sangrenta. Feridos gravemente, a bala e a faca, ambos perderam a vida no mesmo instante. A tragédia abalou profundamente o Município (AGUIAR, 1969, p. 17).

Um ponto importante, que só será completamente compreendido no capítulo seguinte, quando falarmos do caso Milton Carneiro e Cléa Aguiar, cabe indicar aqui. Nas palavras de Aguiar, o "famoso" (CF. AGUIAR, 1969, p. 17) Francisco Queiroz de Oliveira tornou-se célebre não por compor a parentela dos ilustres, mas pela aventura bem-sucedida nas terras amazônicas durante o Ciclo da Borracha. Fiquemos com este comentário apenas. Compreenderemos melhor o caso pouco depois. Sigamos nossa cronografia.

40 *O Rebate*. Sobral, 19 de fevereiro de 1910, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=574. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

Em 1911, no jornal sobralense *A pátria*, José Leone menciona a criação de uma sociedade beneficente em Massapê[41]. Pelo descaso do poder público, promovida pela filantropia suspeita dos ilustres, típica da política clientelista do coronelismo, era muito comum a criação desse tipo de associação. A necessidade desse gênero de associação indica a presença da fome, companheira frequente dos *outsiders* do município.

Em meados de junho de 1912, o jornal sobralense O rebate informa: "com destino a Massapê, seguiu pelo horário de terça-feira a troupe do 'Circo Hermosa' no intuito de propiciar àquela hospitaleira sociedade algumas noitadas de diversão"[42]. O ano de 1912 parece ter sido bastante festivo. No mês seguinte, o mesmo jornal apresenta a primeira celebração do tradicional Chitão de Massapê. Osvaldo de Aguiar toma o cuidado de enaltecer esta festividade que foi por trinta e quatro anos sediada na casa do seu pai, Pergentino Aguiar (CF. AGUIAR, 1969, p. 22).

Já o primeiro Chitão contou com a presença de uma galeria de ilustres de Sobral e Massapê, conforme podemos observar na matéria do jornal *O rebate*, edição de 10 de agosto de 1912, escrita por José Adolpho Paiva:

> Como era esperado, na esplêndida noite de domingo, 28 de julho, realizou-se na formosa Vila de Massapê um suntuoso baile diferenciado por uma plêiade de moços futurosos daquela terra a alguns membros da família sobralense. [...]
> Depois de servidos os convivas [...] pediu a palavra o simpático e inteligente jovem João Pontes, que, com frases singelas mas entusiásticas, saudou a mocidade sobralense representada na pessoa do Sr. Dr. Clodoveu de Arruda e outros. [...]
> E como hóspede [...] tenho a imensa satisfação em ter tido a feliz ideia de passar alguns dias naquela próspera, hospitaleira e encantadora vila, [...] havendo deste modo, motivo para congratular-me comigo próprio, dando parabéns aos quatro vultos simpáticos – João Pontes, Vicente Arruda, Frederico de Andrade e Ernesto Meneses, pela realização de tão sublime concurso [...][43].

41 *Pátria*. Sobral, 12 de julho de 1911, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=298. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

42 *O Rebate*. Sobral, 22 de junho de 1912, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=942. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

43 *O rebate*. Sobral, 10 de agosto de 1912, p. 1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=971. Acesso em: 12 de agosto

Comparecem nessa descrição dois nomes cujas descendências, ainda hoje, exercem influência política, não somente em Massapê e Sobral, de onde vieram, mas também no resto de Ceará e além das fronteiras do Estado. Nas descendências do Dr. Clodoveu de Arruda e coronel João Pontes é possível localizar mais que uma dezena de políticos componentes do primeiro escalão da galeria de ilustres da história oficial de Massapê e de Sobral. Desde o começo, o hoje tradicional Chitão de Massapê foi ponto de encontro dos massapeenses ilustres residentes no município, ou em outras partes do país, e seus correligionários.

Mesmo hoje, o Chitão de Massapê conserva essa característica de reunir pessoas importantes do município em torno da confraternização. No mesmo ano da realização do primeiro Chitão de Massapê, evento que conglomerou membros importantes das elites de Sobral e do município, a capital do Norte do Estado sofria das mais cruéis privações. Esse estado de coisas não deve ter divergido em Massapê. Segundo Pe. Sadoc, em 7 de fevereiro de 1912,

> foi encontrado insepulto o cadáver de uma mulher desconhecida, abandonado nas proximidades da fábrica de tecidos. A imprensa comenta o fato e elogia o vigário, Pe. Tupinambá da Frota, que está com a ideia de construir um asilo para os pobres desamparados. Da ideia do asilo nasceu a iniciativa da construção da Santa Casa de Misericórdia (ARAÚJO, 2015, p. 17).

Em 25 de agosto do mesmo ano, Padre Tupinambá benze a pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia (CF. ARAÚJO, 2015, p. 21). É sob o semblante da contradição aparente que, ao lado das festividades do Chitão, o povo padecesse nas agruras da fome e da enfermidade. Caminham, em direções opostas, a história dos vencedores e dos vencidos, e o que se passa "do lado de cá do rio" não está diretamente associado ao que se passa "do outro lado do rio".

A segunda mensagem que a Europa comunicou à história local é do mesmo jaez que a primeira: se o município experimentou algum progresso, sombreando a europeização de Sobral, tal avanço teve algo que ver com a crescente influência da parentela ilustre dos Frota e seus correligionários. A essa altura, o neto de dona Úrsula era vigário geral de Sobral, e seu pai, Manuel Artur da Frota, presidia da Câmara Municipal do município.

Justiça seja feita, a influência europeia nas mentalidades do neto e do genro de dona Úrsula, o frescor do espírito libertário dos revolucionários, trouxe alguma vantagem aos que estão "do outro lado do rio", os *outsiders*. Já em 28

---

de 2022.

de julho de 1881, Manuel Artur publica, no jornal Gazeta de Sobral, fundado por ele em 16 de junho do mesmo ano (CF. ARAÚJO, 2015, p. 6), a animosa manchete: "não aceitamos anúncios sobre escravos, esta pústula que envergonha a sociedade brasileira" (ARAÚJO, 2015, p. 8). Tempos depois, ele mesmo fundaria uma sociedade abolicionista em Sobral, o Club Republicano de Sobral (CF. ARAÚJO, 2015, p. 71).

Outra importante iniciativa em favor dos que em 1912 estavam "do outro lado do rio", os esquecidos, iniciativa para a qual contribuíram Manuel Artur e padre Tupinambá, foi a alteração na planta do perímetro urbano de Sobral, projetada inicialmente em redor da estação ferroviária, na vizinhança dos estabelecidos, expandindo o traçado urbano do município em direção às margens (CF. ARAÚJO, 2015, p. 24). O projeto da nova planta foi autorizado por Manuel Artur, em 24 de outubro de 1912.

Se tivessem padre Tupinambá e Manuel Artur exercido a mesma influência que exerceram em Sobral no município de Massapê, talvez a fronteira entre os estabelecidos e os *outsiders* fosse mais tênue.

Em 1913, o jornal sobralense *O nortista* registra outra festividade no município.

> Domingo passado teve lugar na pitoresca cidade de Massapê a inauguração do "Club União Massapeense".
> Esta futurosa sociedade recreativa criada sob os auspícios do escolhido meio social, daquela cidade, acaba de preencher uma lacuna importante.
> A sua festa inaugural teve um brilhantismo fora do comum. [...]
> Por ocasião da posse falou o inteligente moço João Pontes.
> Em seguida o Sr. Mozart de Andrade proferiu a sua conferência denominada "A decadência moral"[44].
> Por ocasião do buffet falou ainda o Dr. Clodoweu de Arruda saudando o clube.

É curioso que os jornais da época relatem um sem-número de festividades em tempos tão escassos. É, de todo modo, compreensível. Como dissemos, caminham em direções radicalmente opostas as histórias dos vencedores e dos vencidos.

No ano seguinte tem início a Primeira Guerra Mundial, em 1914. Para os massapeenses, mais devastadora do que ela, mas traduzindo a mesma impo-

44 *Nortista*. Sobral, 25 de maio de 1913, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720550&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=6. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

tência que a experiência da guerra comunicara, foi o que aconteceu logo em seguida: a seca de 1915.

Massapê não teve a sorte de ter seu narrador particular na estatura de uma Rachel de Queirós para denunciar os horrores da seca, mas é mais do que legítima a presunção do óbvio: a pequena população do jovem município de Massapê certamente experimentou as tradicionais mazelas da seca, a fome e toda sorte de contrariedades.

Enquanto isso, a boa vida dos ilustres seguia sem muitas preocupações. Lendo os jornais da época, Lustosa da Costa descreve um comércio em Massapê, em 1914, de uma maneira que impressiona pelo que contrasta com a visão que esperamos de um cenário de privações. Diz ele:

> Por falta do supérfluo, ninguém morre de fome. Porque bem mais próximo está ainda a Mercearia Andrade, de José Frederico Ponte, em Massapê. Pode-se adquirir ali pera americana, chá Lipton, salmão, peixe português, sardinha e feijão verde em lata, champanhe Moet et Chandon, vinho verde, lagosta, uísque Crabbie, conhaque e Le Prouc e Maciera, vinho do Porto, Lágrima do Douro, Carnaval e Rocha Leão (COSTA, 1987, p. 134).

Para compreender o que ocorria na segunda década de emancipação do município, o leitor não deve se deixar enganar pela boa vida dos ilustres, frequentemente ostentada nos jornais da época. Como dissemos, o que se passa "do outro lado do rio" não tem muita relação com o que se passa "do lado de cá". A diferença é que o município não tinha – e ainda hoje não tem – um narrador da história dos vencidos.

Quando a monstruosidade da miséria encontra alguém capaz de comunicá-la, os vencidos, vítimas das agruras da fome, conseguem, mesmo sob o rótulo paradoxal do anonimato – os "retirantes", os "famintos", os "flagelados da seca" –, ser lembrados. A seca de 1915 não teve em Massapê nenhum Conselheiro, porta-voz dos retirantes; se o teve, não teve um Euclides da Cunha capaz de apontá-lo. Sobrevivem apenas, vagamente na memória, sob a forma de relatos orais semelhantes aos que causam comoção aos que se defrontam com a história de Fabiano, de *Vidas Secas*, obra monumental de Graciliano Ramos, ou Chico Bento, valente e discreto herói de *O quinze*, os traços desse período.

Em todo caso, se a seca de 1915 não encontrou no município um porta-voz, graças aos exageros de um observador que passava por Massapê no ano de 1916, suas sequelas se fizeram notar. A publicação do jornal sobralense *A Lucta*, intitulada "O açude do Mirim", do combativo diretor Deolindo Barreto Lima, ocasionalmente desafeto político de dom José e de muitos outros

ilustres[45], quando considerava a causa justa, traz uma crônica que vale a pena consultar. Reproduziremos integralmente, em seguida, a publicação.

> Um pescador de águas turvas, no intuito talvez de pescar alguns favores da Inspetoria de Obras Contra as Secas, subiu dos seus afazeres para mandar dizer para o Rio que nas margens do Açude de Acaraú-Mirim se achavam refugiados para mais de 400 famílias de emigrantes e que ditas famílias ali passam deliciosamente alimentando-se de peixe de boa qualidade que tiram do leito do açude numa média diária de 2000 e que abastecem os mercados de Massapê, Santana e Sobral de açúcar, rapadura, arroz, milho, feijão, melancia, melão, capim e cana, que se vendem diariamente 200 cargas a 5000[46] cada uma. Esta notícia, a qual serviu de veículo de torna-viagem as colunas do "Correio da Manhã" causou espécie a quantos conhecem o açude do Mirim e lá não enxergam essa fortuna. É verdade que no Mirim foi ultimamente dividido terreno de montante a alguns necessitados, mas o número destes não atinge sequer a terça parte de 400 e o produto do seu trabalho nos referidos terrenos ainda não se verificou, pelo menos a rapadura, o açúcar. Os moradores antigos absolutamente não possuem engenho e outros cereais que cultivam chegam tão somente para o seu consumo. A produção de canas, de que fala o hiperbólico transmissor da bonançosa notícia, deu apenas para o consumo de algumas pessoas de boas dentaduras aqui em Massapê que se entregavam ao "sport" aborrecido de chupá-las e mesmo para isso vem faltando desde o quarto mês do ano passado. Só numa coisa se aproximou da verdade o informante do "Correio da Manhã", foi na abundância de peixe. Que lá tem peixe, isto não se contesta e tem tanto que se o poeta Quintino Cunha soubesse pescar em águas claras, como soem ser as águas do Mirim, seria capaz de ir ali colher alguns exemplares de muçum para a vasta coleção que está organizando às expensas do governo do Estado. Esta abundância, porém, está muito exagerada na notícia do "Correio da Manhã", pois a profusão do peixe termina na represa do açude e não chega ao menos no mercado mais próximo. O açude tem capacidade para uma maior do que a sonhada pelo transmissor da notícia a que me reporto, mas entre-

45 Para a pesquisa sobre a história dos vencidos do município, vale a pena acompanhar as edições do jornal sobralense *A lucta*. O editor, assassinado em 15 de julho de 1924, justamente em função de sua postura combativa, fiel a suas origens, frequentemente testemunha em favor dos vencidos, sem a preocupação de causar contrariedade aos vencedores. A título de ilustração, das muitas ocasiões em que enfrentou as elites do município de Sobral, Lustosa da Costa apresenta um caso paradigmático: "Sem ver nem pra quê, apenas por um impulso de temperamento arrebatado, mete sua colher de pau na briga dos brancos, o confronto de dois rivais, o vigário José Tupinambá da Frota e o juiz José Saboia. Haviam rompido, e rompido feio, por conta da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição. Divergem, agora, em torno da loteria, instituída pelo primeiro em benefício de obras da construção da Santa Casa de Misericórdia. Por causa de artigo ainda cauteloso, 'Iniquidade', em favor do sacerdote, é logo despejado da casa em que mora, de propriedade do juiz" (COSTA, 1987, p. 130-131).

46 Ignoramos a moeda da época.

> gue como está a ignorância e indolência dos nossos agricultores, só produzirá açúcar, rapadura e outros gêneros na imaginação fácil dos "fiteiros" que com isto pode agravar a situação aflitiva dos flagelados, noticiando tanta fartura para o Rio, quando é fato discutido que em todos os pontos do Ceará, há somente uma coisa com fartura – é fome![47].

Com intenção de minimizar os exageros do correspondente anônimo do jornal fluminense *Correio da Manhã*, a edição do jornal *A lucta* acaba por admitir que vítimas da seca de 1915 se instalaram nas margens do açude do Mirim. Graças a esta obra, iniciada em 1901, em socorro dos flagelados da seca, com a colaboração da multidão anônima de "Damiões", as mazelas da seca foram minimizadas. Os descendentes dos que se instalaram nas margens do açude, há um século, talvez ainda estejam por lá, testemunhando essa história.

Para encerrarmos nossa cronografia, um último comentário sobre a história dos vencidos: o ano de 1916 cela o domínio dos Frota. Padre Tupinambá torna-se primeiro bispo da diocese de Sobral, título que ostentaria até 1959, ano de sua morte. A narrativa europeia dos vencedores sustenta-se, em grande medida, na figura icônica do neto de dona Úrsula, proprietária das terras doadas ao que posteriormente seria a paróquia de Massapê. Mas o progresso que os municípios de Sobral e, por tabela, Massapê enfrentaram nesse período não se fez, senão à maneira habitual, sobre os cadáveres dos vencidos.

Com o paradoxo que iniciamos essa narrativa, convém encerrarmos. Sob as luzes da Belle Époque sobralense, patrocinada pelo espírito visionário do descendente ilustre de dona Úrsula, sob os arcos do triunfo da história provincial, completamente ignorado, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, estava o "frágil e minúsculo corpo humano".

47 *A Lucta*. Sobral, 19 de janeiro de 1916, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720763&pesq=%22Massap%C3%AA%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=405. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

Capítulo 8

1918: José Milton Carneiro e Cléa Firmo Aguiar: sobre o Romeu e Julieta provinciano – ou sobre um feminicídio

> "Esta manhã nos trouxe paz sombria:/ esconde o sol, de pesadume, o rosto./ Ide; falai dos fatos deste dia;/ serei clemente, ou rijo, a contragosto,/ que há de viver de todos na memória/ de Romeu e Julieta a triste história". (Shakespeare)
> "O amor é fumaça formada pelos vapores dos suspiros. Purificado é um fogo chispeante nos olhos dos amantes. Contrariado, um mar alimentado pelas lágrimas dos amantes. Que mais ainda? Loucura prudentíssima, fel que nos abafa, doçura que nos salva. Adeus, meu primo." (Shakespeare).

A primeira citação acima, extraímos do célebre romance de Shakespeare, *Romeu e Julieta*. A segunda, comparece como epígrafe de um romance do massapeense radicado em Brasília, membro das Academias Brasiliense e Cearense de Letras, José Hélder de Sousa. Das histórias que mencionamos nestas linhas até agora, certamente a de José Milton Carneiro e Cléa Firmo Aguiar é das mais conhecidas.

Tal como no romance de Shakespeare, a história de amor de dois massapeenses ilustres, ocorrida há pouco mais de cem anos, em 1918, teve o mesmo trágico e sanguinolento desfecho. A distância temporal, e a despeito do fato de Osvaldo de Aguiar não mencioná-la, não impediu que a centenária história do casal José Milton Carneiro e Cléa Firmo Aguiar fosse preservada no imaginário popular, em folhetos de literatura de cordel, em peças teatrais ou em relatos orais.

Entre o célebre romance de Shakespeare, *Romeu e Julieta*, e o de José Milton Carneiro e Cléa Firmo Aguiar, há mesmo alguns paralelos; não tantos quanto poderá supor o leitor de *Crônica sangrenta de um amor baldado*, o romance de José Hélder de Sousa, escrito na década de 1980 e ambientado na década de 1940, inspirado no caso Milton e Cléa. Ambos arquitetam histórias de amor malsucedidas entre pessoas ilustres, parentes próximos, primos talvez, e ambos

têm o mesmo desfecho trágico, a morte de todos os protagonistas. Há, claro, alguns elementos divergentes. Tais divergências certamente pesaram na recusa de Osvaldo de Aguiar a assumir a posição de Shakespeare provinciano.

Eximimo-nos de apresentar o romance de Shakespeare, não tanto por supor ser a história do conhecimento de todos, mas para não formular sínteses apressadas de uma obra cuja beleza compreende a integridade da composição artística, desafiando qualquer intenção de síntese. Deixemos que Shakespeare fale por si mesmo. Falemos do Romeu e Julieta provinciano.

Do misto entre o romance de Shakespeare e a história ocorrida em 1918 em Massapê, surgiu a *Crônica sangrenta de um amor baldado*, obra de José Hélder de Sousa. Concedendo a licença poética ao autor e entendendo que a narrativa não necessariamente dialoga com os eventos políticos da época, o texto, ambientado na década de 1940, fabula um cenário conflituoso envolvendo dois grupos políticos hegemônicos. Eximimo-nos também de reconstruir a narrativa do ilustre escritor massapeense, uma vez que dedicamos esta parte do texto à segunda década de emancipação do município. Vale mencionar, porém, a enorme complacência estética que a leitura da obra propiciou-nos. Vale também a indicativa da leitura.

Voltemos ao nosso caso. Cléa Firmo Aguiar, filha de José Firmo Aguiar, pertencia aos "mais formosos ornamentos do belo sexo massapeense" [48], nas palavras de um jornal da época. Contava apenas com 16 anos quando ocorreu o crime. O editor do jornal *A lucta* provavelmente não exagera na adjetivação há pouco apresentada. Ainda criança, aos 12 anos apenas, em 1914, Cléa, ao lado de Diana Arruda, esteve presente na inauguração do paço municipal, saudando o chefe político local, coronel José Amâncio Carneiro, merecendo a honra, ao lado de Diana Arruda, de ser ladeada pelos ilustres cidadãos Pe. Antônio Cândido de Melo, coronel João Arruda e tantos outros massapeenses ilustres, somente homens, a única mulher mencionada na reportagem da inauguração da sede do paço municipal[49].

Ainda assim, a despeito de envolver nomes muito conhecidos, Osvaldo de Aguiar não menciona o caso de amor – e de morte – de Milton Carneiro e Cléa Aguiar, fato que contrasta com as grandes proporções que o crime assumira. O silêncio do autor sobre o caso, no entanto, não causa nenhuma estranheza,

48 *A Lucta*. Sobral, 07 de agosto de 1918, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720763&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=518. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

49 *Pátria*. Sobral, 10 de junho de 1914, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=166693&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=874. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

uma vez que se enquadra na proposta geral da obra: construir apenas narrativas que favoreçam os vencedores. O caso Milton e Cléa testemunha em desfavor da narrativa dos ilustres, como veremos.

O "foco" de *Massapê em foco* não é outro senão o que eleva o pedestal dos ilustres. É, nesse sentido, absolutamente improvável que Osvaldo de Aguiar, tendo mencionado um incidente em Pitombeiras, em 1910, conforme relatamos no capítulo anterior, desconheça a história contemporânea dele, talvez de seus parentes próximos, em 1918. Isto porque este mesmo caso inspirou, e ainda hoje inspira, uma série de manifestações artísticas, tomando o romance entre Milton e Cléa como mote.

A esse respeito, Pe. Sadoc fornece-nos um comentário esclarecedor: em 09 de agosto de 1918, "'A Ordem' publica sensacional reportagem sobre o assassinato da jovem Cléa Firmo Aguiar perpetrado por seu namorado José Milton Carneiro que se suicidou em seguida, em Massapê. O crime deu motivo à publicação de folhetos de literatura de cordel" (ARAÚJO, 2015, p. 75). Na década de 1960, era frequente a circulação desse material e ainda hoje, não sem muito esforço, é possível localizá-lo. Normalmente enviesado pelo olhar machista, descreve Cléa como cúmplice da história em que ela mesma foi fatalmente vitimada.

Quanto à reportagem do jornal *A Ordem*, mencionada por Pe. Sadoc, não foi possível localizá-la. Não obstante, do assassinato de Cléa Firmo Aguiar perpetrado por seu namorado, José Milton Carneiro, felizmente, encontramos uma reportagem do jornal sobralense *A lucta*, noticiando detalhadamente o fato na edição de 07 de agosto de 1918, a que passamos a transcrever:

> A população da pacata cidade de Massapê foi horrivelmente sacudida por uma dessas tragédias de sangue, de que infelizmente é avaro o povo cearense. O ciúme, esse sentimento filho da ignorância com a fraqueza, foi mais uma vez a causa primordial dum ato de desespero, que passamos a descrever, tal qual no-lo contou uma testemunha de vista.
> José Milton Carneiro, achava-se oficialmente contratado em casamento com a senhorita Cléa Aguiar, um dos mais formosos ornamentos do belo sexo massapeense. Na manhã de domingo palestrava José Milton em uma mercearia próximo à residência de sua noiva, manifestando-se seriamente enciumado e até falando em matá-la, no que não foi levado a sério. Nesse interim,

> passa despreocupadamente, vindo da missa, a infeliz donzela, para quem se dirige José Milton, interpelando-a:
> — Até onde quer levar a senhora o martírio ao meu coração?
> Apesar do tom ríspido e seco das palavras, Cléa julgou que seu noivo estava apenas possuído de um desses constantes e passageiros ciúmes, tão naturais aos namorados, e rindo-se e em tom de troça, respondeu:
> — E o senhor acredita mesmo que homem tem coração?
> José Milton, com olhar desvairado e palavras desconcertadas, saca de um revólver e dispara duas vezes seguidas na desditosa moça, que caiu fulminada e voltando a arma contra si dá ao gatilho, ficando levemente ferido na cabeça. Reconhecendo a insignificância do ferimento, o desvairado moço atira para longe o revólver, entra numa barbearia próxima e munindo-se de uma navalha, com esta golpeia a garganta de uma maneira macabra, ameaçando a quantos dele se aproximam, até que faltando-lhe força para manejar a navalha, cai num mar de sangue, morrendo quase instantaneamente. O infeliz moço contava 28 anos de idade, comerciava para o Amazonas e a despeito de ser um rapaz muito calmo e inofensivo, era muito violento quando enraivecido. A infeliz donzela contava apenas com 16 primaveras e era filha do Sr. José Firmo Aguiar, atualmente no Amazonas.[50]

À diferença do romance de Shakespeare, os familiares do casal Milton e Cléa aparentemente não objetavam o relacionamento. Da reportagem, pode-se especular que a motivação do assassinato foi a suspeita, comprovada ou não, do envolvimento ou interesse de Cléa, noiva de Milton, com outra pessoa, ou mesmo ter sido fruto dos frequentes arroubos de ciúmes doentios e injustificados do noivo, conforme as expressões da reportagem. Na verdade, pouco importa a motivação, o feminicídio enquanto tal é injustificado. Daí a recusa de Osvaldo de Aguiar de mencioná-lo em sua obra. Além do mais, macularia a história de dois sobrenomes ilustres, coisa que o autor cuidadosamente evita em cada linha do seu *Massapê em foco*.

O *Massapê em foco* data de 1969, pouco mais de cinquenta anos depois do assassinato de Cléa. Ainda assim, podemos supor que, se o caso Milton e Cléa fosse documentado na obra de Osvaldo de Aguiar, receberia protestos da parentela do casal. Osvaldo Aguiar não parecia disposto a iniciar uma querela entre dois sobrenomes ilustres, os Carneiro, frequentemente consorciados

50 *A Lucta*. Sobral, 07 de agosto de 1918, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720763&Pesq=%22Massap%c3%aa%22&pagfis=518. Acesso em: 22 de agosto de 2022.

com os Albuquerque, e os Aguiar, cuja ascendência às vezes se cruza com a dos Pontes. Na verdade, Carneiro e Aguiar não são senão ramificações da mesma oligarquia que, ainda hoje, comanda o município.

A história de dois componentes do grupo dos ilustres, presente em uma obra dedicada aos esquecidos, tem lugar nestas páginas porque figura como biótipo do modo como os historiadores do município lidam com tudo o que contraria a hegemonia da narrativa dos ilustres: simplesmente ignoram.

A despeito do silêncio de Osvaldo de Aguiar, o caso Milton e Cléa, protagonizado por nomes conhecidos do município, poderia tranquilamente acomodar-se nas páginas de *Crimes célebres do Ceará*, do coronel João Brígido dos Santos. O silêncio lacunar de *Massapê em foco* tem, não obstante, uma justificativa específica: o Romeu e Julieta provincial foi, na verdade, um feminicídio, agudizado pelo gesto cruel do algoz consigo mesmo, ao dar cabo da própria vida depois de matar sua noiva.

Confiando nas informações que a reportagem apresenta, é bastante provável que os parentes de Milton e Cléa, comerciando pela região amazônica, por lá estabelecessem morada. Não sabemos se Milton e Cléa tiveram irmãos e se eles também seguiram o itinerário dos seus pais. Talvez por causa do êxodo dos parentes mais próximos de Milton e Cléa, parte da história deles foi negligenciada. Assome-se a isso fato já mencionado de a história não ter sido conservada no relato de Osvaldo de Aguiar. Por tudo isso, o simulacro provincial de *Romeu e Julieta* não ficou conhecido pelo termo que lhe era mais apropriado, um feminicídio.

Recentemente o caso Milton e Cléa foi resgatado, já com as características que a memória local concedeu que fosse conservado: não como um evento histórico, um feminicídio, nem com as descrições machistas da década de 1960, mas como uma história de amor malsucedida, um *Romeu e Julieta* provinciano.

Resgatar essa narrativa, tal como ocorreu, é importante porque apresenta pistas da postura negligente dos historiadores do município quando o assunto não endossa a narrativa que lhes é favorável. E saber que o pêndulo da balança de Osvaldo de Aguiar oscila em favor dos vencedores nos faz suspeitar mesmo do mais displicente comentário de sua obra. Explicitamente ou não, a posição política do autor é muito bem delineada.

A esse respeito, e a título de conclusão, tomemos um último exemplo. Preservando a reputação das oligarquias, o autor afirma que,

> Em Massapê, cujo povo foi sempre possuiu índole pacífica e ordeira, jamais predominou o arrocho sufocante e tenaz peculiar a muitas cidades nordestinas. Os chefes locais nunca aceitaram capangas e facínoras como meio de perseguição aos adversários (AGUIAR, 1969, p. 46).

Até o momento não tivemos ocasião de objetarmos essa afirmação. Uma vez que as muitas linhas que dedicamos aos vencidos contemplam somente as duas primeiras décadas de emancipação do município, teremos, com a deferência do leitor, outra ocasião de reafirmarmos o que temos até agora defendido, quando alcançarmos a terceira década de emancipação do município. Mas isso só acontecerá em outra publicação. Outros capítulos estão por ser escritos. Outros algozes surgirão. Outras Chicas Pinotes, Cocochinis e Marajós terão seus nomes resgatados de suas aparições fantasmagóricas. Esperemos.

Considerações finais

O desafio imposto a qualquer um que busque narrar a história de Massapê, pelos óculos dos vencedores ou dos vencidos, é, por um lado, não ceder à tentação de estetizar os feitos dos vencidos, como fez Antônio Thomaz Neto, ou, por outro lado, ignorar os malfeitos dos vencedores, postura assumida por Tremal Carvalho e Osvaldo de Aguiar. Desde o início, procuramos evitar esses dois extremos.

No esforço de resgatar os esquecidos da história oficial, construímos uma ponte, indicando as pistas por onde poderá percorrer quem se interessar por questionar o discurso dos vencedores, ou o romantismo de algumas narrativas instituídas em favor dos vencidos. É certo que, durante este trajeto, uma ou outra lacuna não foi corretamente preenchida, outras sequer apresentadas.

No curso desta escrita, um leitor mais perspicaz certamente percebeu o caráter vacilante com que o autor dessas linhas procurou narrar a história sob o ponto de vista dos vencidos. De fato, não é fácil traçar um caminho pouco percorrido, principalmente quando não temos à disposição os habituais guias do percurso. Onde víamos densa floresta, um historiador de ofício talvez localizasse um ponto ou outro de referência por meio do qual fosse mais seguro seguir. Onde víamos lacunas, um historiador de ofício talvez localizasse uma ou outra bibliografia sobre o tema em estudo.

Ainda que dispostos a grifar as lacunas presentes na história oficial de Massapê, preenchendo-as com a narrativa alternativa, dos vencidos, é certo que também nossa escrita apresenta lacunas. Resta o compromisso de continuar procurando indicá-las em outras publicações. Encerramos esta exposição com a promessa de que o debate continuará noutra breve e oportuna ocasião, em respeito aos interlocutores que nos acompanharam até aqui.

Referências

AGUIAR, Osvaldo de. **Massapê em foco**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Raízes portuguesas do Vale do Acaraú**. 2. ed. Sobral: Edições UVA, 2000.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia sobralense** – 1881-1910. 2. ed. Fortaleza. Edições ECOA, 2015. 4 v.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia sobralense** – 1911-1950. 2. ed. Fortaleza. Edições ECOA, 2015. 5 v.

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia sobralense** – 1604-1800. 2. ed. Fortaleza. Edições ECOA, 2015, 1 v.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. **A construção do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XVIII.** 2020. 348f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ARRUDA, Assis; CARVALHO, Evilásio. **Cronologia genealógica massapeense**. Disponível em: http://genealogiasobralense.com.br/arquivos_gen/b80abd0d11068ee603 296c47db6dac5f.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Tremal Naik Soares; CARVALHO, Francisco Evilásio Araújo. **História de Massapê.** Fortaleza: Evolução Editora, 2018.

COSTA, Lustosa da. **Clero, nobreza e povo de Sobral**. Brasília: Senado Federal, 1987.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Prefácio de Manuel Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os *outsiders*:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará.** 7. ed. revista e ampliada. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, Raimundo Nonato. Entre fanáticos e Cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903). *In*: SANTOS, Carlos Augusto Pereira (org.). **Nossa gente, nossa história:** o Ceará republicano. Sobral: SertãoCult, 2019.

FILHO, Carlos Studart. **Os aborígenes do Ceará.** Fortaleza, ano 77, 1962. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1962/196 2OsAborigenesdoCeara.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

FILHO, Carlos Studart. **A rebelião de 1713.** Fortaleza, ano 77, 1963. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1963/1963ARebeliaode1713.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Vol. 16. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

MENEZES, Antonio Bezerra de. **Notas de viagem.** Fortaleza: Typ Econômica, 1889.

NETO, Antônio Thomaz. **A Irmandade da Cruz.** Fortaleza: ABC Editora, 2007.

OLIVEIRA, J. B. Perdigão. **Um capítulo da história do Ceará** – ligeiras retificações: conquistas dos indígenas. Fortaleza, ano 4, 1890. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1890/1890UmcapituloHistoriaCearaConquistaIndigenas.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio (Org.). **História de nossa gente.** Fortaleza: Editora INESP, 2004.

ROCHA, Herbert. **O lado esquerdo do rio.** São Paulo: Hucitec: Secretaria de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, Sobral: Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabugosa, 2003.

SHAKESPEARE, Wiliam. **Romeu e Julieta.** Disponível em: https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-67843/romeu-e-julieta. Acesso em: 26 ago. 2022.

SOUZA, Eusebio de. **Um pouco de história.** Fortaleza, ano 29, 1915. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Revapresentacao/RevPorAno/1915/1915UmpoucodehistoriaChronicadoIpuporEusebiodeSouza.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

SOUZA, José Hélder de. **Crônica sangrenta de um amor baldado.** Disponível em: https://pt.calameo.com/read/000064841a6b4d8a4e5df. Acesso em: 26 ago. 2022.

STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a história do Ceará.** Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2001.

STUDART, Guilherme. **Notas para a história do Ceará.** Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2004.

Fonte oral

Maria Verônica Quirino, filha de Maria Lídia Castro e Francisco das Chagas Quirino, residente em São Damião. Entrevista realizada pelo autor em 16 de julho de 2022. Massapê-Ceará.

Editora
SERTÃO CULT

Este livro foi composto em fonte Liberation Serif, impresso no formato
15 x 22 cm em offset 75g/m^2, com 92 páginas e em e-book formato pdf.
Março de 2023.

“Manifesto dos Vencidos” não é uma declaração de derrota. Muito pelo contrário, é uma manifestação de que esses estão mais vivos do que nunca, seja literalmente, seja metaforicamente. A empreitada de confeccionar uma obra de tal importância ficou a cargo do meu amigo Jameli Oliveira. O autor não é um historiador de formação, mas escreve para preencher lacunas.

Victor Sérgio Freire Araújo

ISBN 978-655421068-3
9 786554 210683
Editora SERTÃO CULT